

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Larissa de Souza Oliveira

A Biblioteca Escolar entre as páginas escritas do Congresso de Leitura do Brasil e da Revista Leitura: Teoria & Prática (de 1978 a 1985)

**CAMPINAS
2015**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Larissa de Souza Oliveira

A Biblioteca Escolar entre as páginas escritas do Congresso de Leitura do Brasil e da Revista Leitura: Teoria & Prática (de 1978 a 1985)

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Professora Doutora Lilian Lopes Martin da Silva.

Segunda leitora: Professora Luciane Moreira de Oliveira – PUC/Campinas

CAMPINAS
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

OL4b Oliveira, Larissa de Souza, 1987-
A biblioteca escolar entre as páginas escritas do Congresso de Leitura do Brasil e da Revista Leitura : Teoria & Prática (de 1978 a 1985) / Larissa de Souza Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Lilian Lopes Martin da Silva.
Coorientador: Luciane Moreira de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Associação de Leitura do Brasil. 2. Biblioteca Escolar. 3. Memória. 4. História. 5. Leitura. I. Silva, Lilian Lopes Martin, 1955-. II. Oliveira, Luciane Moreira. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The School Library between the written pages of "Congresso de Leitura do Brasil" and the magazine "Leitura: Teoria & Prática" (1978-1985)

Palavras-chave em inglês:

Associação de Leitura do Brasil
School Library
Memory
History
Reading

Titulação: Licenciada em Pedagogia

Data de entrega do trabalho definitivo: 17-07-2015

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à professora Lilian Lopes Martin da Silva pela orientação excepcional. Muito obrigada por sua amabilidade, preocupação, atenção e generosidade de dividir comigo seu conhecimento de mundo, de ALB, de Cole... Conjuntamente, agradeço à professora Luciane Moreira de Oliveira, que além de segunda leitora deste trabalho, foi uma grande mestra para meu desempenho acadêmico. Às duas: seus ensinamentos são para a vida toda. Foi uma honra poder aprender com vocês!

Agradeço à minha família e ao meu André, que estão comigo desde o início deste curso, apoiando incondicionalmente. Papai e Mamãe: vocês são os melhores!

Minhas queridas Emily e Suelen: obrigada pelo apoio, compreensão e boas conversas de sempre.

Agradeço à Sônia Takamatsu, cujas dicas foram valiosíssimas e inspiradoras para este trabalho!

Aos amigos, companheiros de faculdade e mestres que aqui não mencionei, mas que fizeram e fazem parte da minha formação:

Muito obrigada!

Resumo

Esta pesquisa tem como proposta conhecer as reflexões que a Associação de Leitura do Brasil (ALB), em seus anos iniciais (1978-1985), colocava em circulação acerca da *Biblioteca Escolar* a partir dos seus principais veículos de comunicação: os Congressos de Leitura do Brasil (COLE) e a Revista Leitura: Teoria & Prática (LTP). A pesquisa, bibliográfica e documental, de cunho quanti-qualitativo, levantou 16 textos que tratam da temática, de um total de 148 presentes nos suportes de referência. Este trabalho liga-se aos esforços que visam à construção de uma História da Leitura no país, em seus múltiplos aspectos e em diferentes lugares e temporalidades. Esses esforços foram impulsionados com a circulação e projeção de pesquisas em torno do livro e da leitura, empreendidas por historiadores franceses, como Roger Chartier, e outros autores que compartilham pressupostos da chamada História Cultural. A importância e significado das ações da ALB nessa história não podem ser ignorados. Fundada no bojo dos movimentos pela renovação da educação no Brasil, em 1981, a entidade assumiu, desde então, como bandeira de luta, a democratização da leitura e nela indicou o lugar da *Biblioteca Escolar*, denunciando seus problemas e desenhando propostas.

Palavras-Chave: Biblioteca Escolar, Associação de Leitura do Brasil, Leitura, Memória, História.

Sumário

Resumo.....	1
1. Associação de Leitura do Brasil, Congresso de Leitura do Brasil e Revista Leitura: Teoria & Prática: um pouco de história	3
1.1. O Congresso de Leitura do Brasil e seu contexto de origem.....	3
1.2. A Revista Leitura: Teoria & Prática e seu contexto de origem	12
2. Esta pesquisa: objetivos e justificativas	13
2.1. Percurso Metodológico	16
3. Sobre os Discursos	19
3.1. Primeiro tempo: autores e autores citados	23
3.2. Segundo Tempo: a biblioteca escolar	26
3.2.1. Biblioteca Escolar: os problemas	29
3.2.2. É preciso repensar a biblioteca	37
3.2.3. O Manifesto dos Bibliotecários	44
4. Considerações Finais	48
5. Referências Bibliográficas.....	49
6. Anexos	54
Anexo 1. Relação de textos dos Cadernos de Resumos e Anais do Cole, com a palavra Biblioteca no título.....	54
Anexo 2. Relação de textos da Revista LTP, conteúdo reflexões acerca da biblioteca.....	57
Anexo 3. Autores, referências e documentos citados nos textos investigados	58

Lista de quadros e tabelas

Tabela 1. Quantidade de textos que tem a palavra Biblioteca no título	17
Tabela 2. Quantidade de textos que tem em seu conteúdo a palavra Biblioteca.....	18
Quadro 1. Atividade profissional dos convidados dos congressos e autores da LTP.....	25

1. Associação de Leitura do Brasil, Congresso de Leitura do Brasil e Revista Leitura: Teoria & Prática: um pouco de história

A Associação de Leitura do Brasil (ALB), “sociedade científica sem fins lucrativos”, que reúne pesquisadores, estudantes, professores, bibliotecários, jornalistas, livreiros interessados em discutir questões em torno da leitura, fez 30 anos em 2011. Em função deste aniversário foi criado um blog comemorativo para:

apresentar momentos da história da ALB, lançando mão de fontes documentais manuscritas e impressas; fontes iconográficas e sonoras e depoimentos orais e escritos; constituir-se em um espaço virtual capaz de divulgar aspectos e momentos da história da entidade; colher manifestações de associados e inscritos no 18º COLE sobre os 30 anos da ALB.¹

Uma das ações de maior envergadura dessa associação é a realização dos Congressos de Leitura do Brasil (COLE), a cada dois anos, sempre em Campinas. Um evento de muito êxito, que é acadêmico e cultural, e que reúne pessoas do país todo numa quantidade bastante expressiva, de 3000 pessoas em média.

1.1. O Congresso de Leitura do Brasil e seu contexto de origem

O 1º Cole (1978) surgiu como parte de uma Feira do Livro, iniciativa do DEME (extinto Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da Unicamp), através do CELE - Centro de Leitura, que, por sua vez, embora discutido nessa instância nunca chegou a se materializar na Faculdade de Educação. A proposta do DEME procurava imprimir à Feira do Livro de Campinas, evento que já se realizava na cidade, um estatuto que não a limitasse a um comércio de livros, associando ao evento um congresso que contemplasse os desejos do Departamento ligados à democratização da educação e da leitura:

Um Congresso de Leitura deveria se transformar, então, num Congresso de LEITURA POPULAR, que defendesse os direitos dos leitores postergados e esquecidos pelos sistemas e pela discriminação. Um Congresso de Leitura deveria lutar para a conquista de uma CULTURA DEMOCRÁTICA. Um Congresso de Leitura deveria,

¹ O blog pode ser acessado no endereço: <http://alb30anos.blogspot.com.br/>

enfim, lutar não só pelo direito de dizer coisas, mas pelo direito de dizê-las PARA TODOS! (SILVA; MARTIN, 1979, p. 57)

Com o objetivo de realizar não apenas uma feira de venda de livros, mas uma prática cultural, um congresso para professores, pesquisadores, bibliotecários e livreiros, esse movimento foi uma tentativa de mobilização de um conjunto de profissionais em volta do livro. O evento teve algum êxito e a ele se seguiram mais duas edições (1979 e 1981) que precederam a fundação da ALB. Neste contexto de democratização da leitura, discute-se a criação de uma associação de leitura e a ALB é oficialmente criada no decorrer do 3º Congresso de Leitura, em 1981.

A formação da Associação de Leitura do Brasil (A.L.B.), conforme decisão dos participantes do 3º COLE, aparece como resposta a uma necessidade real da sociedade brasileira. Sou da opinião que devemos possuir o maior número possível de associação de modo a impulsionar o desenvolvimento da leitura neste país (o que fazer é muito volumoso para ser relegado a poucas agências). Por outro lado, uma associação ou núcleo permite a congregação de interessados e facilita a troca de experiências, a partir de determinados princípios orientadores e de uma política compartilhada. (SILVA, 1981, p. 2)

Aquele era um contexto político de mudança, de transição de governo ditatorial para a redemocratização do país, e esses eventos (os primeiros Coles) foram

importantes instrumentos de garantia do direito à palavra e veículo de expressão de diversos segmentos sociais. A questão da promoção e do estímulo à leitura passava, naquela época, fundamentalmente pela divulgação do próprio texto escrito num momento em que havia poucos espaços de publicação e de informação².

A partir da fundação da ALB, ela passa a ser responsável por organizar o Cole, dentre outras tarefas. Os Congressos se consolidaram como referenciais no campo da leitura e atualmente estão na 19º edição. Nesses 37 anos de Congresso, a Leitura foi amplamente discutida por seus participantes. Para que se tenha uma visão geral, destacamos o ano e o temário de cada congresso³:

² Trecho retirado da apresentação da Associação de Leitura do Brasil, do site da ALB: <http://alb.com.br/alb/apresentacao>

³ Fonte: SILVA, L. L. M.; OLIVEIRA, L. M. (orgs). *Tempo de Cole*. Campinas, SP. FE/UNICAMP, 2014.

- 1º Cole – 1978 – Leitura para todos
- 2º Cole – 1979 – Pedagogia da Leitura
- 3º Cole – 1981 – Lutas pela Democratização da Leitura no Brasil
- 4º Cole – 1983 – Leitura na Sociedade Democrática: do discurso a ação
- 5º Cole – 1985 – O Professor e a Leitura
- 6º Cole – 1987 – Leitura: a questão dos métodos e os métodos em questão
- 7º Cole – 1989 – Nas malhas da leitura, puxando outros fios
- 8º Cole – 1991 – Leitura: Autonomia, trabalho e cidadania
- 9º Cole – 1993 – Leitura: conquista de uma realidade
- 10º Cole – 1995 – Leitura e sociedade
- 11º Cole – 1997 – A voz e a letra dos excluídos
- 12º Cole – 1999 – Múltiplos objetos, múltiplas leituras: afinal o que lê a gente?
- 13º Cole – 2001 – Com todas as letras, para todos os nomes...
- 14º Cole – 2003 – As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase... Carlos Drummond de Andrade
- 15º Cole – 2005 – Pensem nas crianças mudas, telepáticas... Vinícius de Moraes
- 16º Cole – 2007 – No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las Ferreira Gullar
- 17º Cole – 2009 – O olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo... Manoel de Barros
- 18º Cole – 2012 – O Mundo Grita. Escuta?
- 19º Cole – 2014 – Leitura sem margens⁴

A fim de melhor compreender o universo sociocultural no qual o Cole e a ALB estavam se formando, optamos por buscar, nos Anais e Cadernos de Resumos dos cinco

⁴ É possível encontrar mais informações e os anais digitais (a partir do 12º Congresso) no site da ALB: www.alb.com.br

primeiros Coles, considerações dos organizadores que nos permitissem identificar algumas características desse momento histórico.⁵

Para isso fizemos uma busca nos seguintes de textos:

- Palavras Iniciais e Avaliação do 1º Cole.
- Palavras Iniciais e Discurso de Abertura (Leitura ou “Lei Dura?”), ambos de autoria de Ezequiel Theodoro da Silva; Discurso de Encerramento (“O que é Ler? Ou Pedagogia da Leitura Versus Pedagogia da Censura”, de Moacir Gadotti); e Avaliação do 2º Congresso.
- Apresentação dos Anais; Resumo das Decisões da ALB, Moções e Avaliação do 3º Cole.
- Apresentação dos Anais do 4º Cole.
- Apresentação dos Anais; texto de Regina Zilberman referente a Mesa Redonda do 5º Cole, sob o título de “A Política Cultural no Brasil: o acesso ao livro e à leitura”; Relatório, Moções e Recomendações do 5º Cole; Editorial da LTP n° 6, com o título de “Leitura: Intensificam-se as discussões”.

É preciso considerar que todos os textos consultados foram produzidos após os eventos e trazem, além dos registros de conferências, mesas, comunicações e trabalhos inscritos, as impressões, relatos e reflexões de seus autores. Nesse conjunto de textos foi possível perceber algumas características do público presente e do contexto acadêmico, político, social dos Congressos, conforme descritos a seguir.

1º Cole (1978)

O público presente no 1º Congresso de Leitura do Brasil parece ter sido fortemente constituído por professores. Diversos momentos em que os congressistas são denominados professores, presentes no texto de Avaliação do 1º Cole, nos permitem

⁵ Este momento de transição de um governo ditatorial para a abertura política foi retratado por Ronaldo C. Couto, em 2003: “Pouco a pouco, a liberação deixa de ser meramente unilateral e concessiva para tornar-se processo interativo [...] entre a sociedade e o governo. Mas os militares não abrem mão do controle do processo político, de dirigir a liberalização. Nem da permanência do regime. Pelo menos a curto e médio prazos. [...] em 1979, o saldo líquido acumulado vai ser apreciável. A censura à imprensa terá acabado, o AI-5 desaparecido, a oposição política estará revitalizada, as Forças Armadas em ordem, a repressão sob controle, a tortura de presos políticos eliminada. O país já estará discutindo, com relativa liberdade e marcante campanha da oposição, a anistia política ampla, geral e irrestrita”. (COUTO, 2003, p. 134-135)

inferir essa afirmação, como por exemplo: “As razões para o sucesso da discussão foram: linguagem descontraída e direta, dinamismo, envolvimento da platéia e significação para o professor” (p. 91). E ainda “segundo os professores que responderam ao questionário (...)”. (1º Congresso de Leitura do Brasil, 1978, p. 95)

Há, também neste texto, uma forte crítica ao teor acadêmico e ao formalismo das Mesas Redondas e Comunicações. Crítica feita pelos participantes e que, na opinião dos redatores da Avaliação, se refere a uma “patente ‘distância’ entre algumas comunicações e o nível dos congressistas. Algumas colocações pressupunham vasto cabedal cultural – o que realmente não se podia esperar da maioria dos presentes” (1978, p. 93).

Muitas das críticas também apontam que as comunicações foram “classistas e regionalistas”, o que acarreta a necessidade de diversificar “as propostas, de modo que o congresso ganhe caráter nacional” (1978, p. 94). Esse fato evidencia que a abrangência deste primeiro esforço de realização de um Congresso sobre leitura ainda era pequena. Todavia, Ezequiel Theodoro da Silva avalia essa “primeira experiência – pioneira mesmo” como positiva na medida em que “abre as portas para reflexões mais constantes e incisivas na área da leitura”. (SILVA, 1978, p. 1)

Com o temário “Leitura para todos”, o 1º Cole se caracteriza como pioneiro na classe de eventos que tratam de propor discussão e reflexão acerca da problemática da leitura no Brasil. O tema desse congresso aponta para a necessidade de garantir à totalidade da população brasileira o direito à leitura. Entretanto, os textos, através das afirmações de seus autores, parecem reforçar que nesse momento a idéia de democratização/popularização se aproxima de uma idéia de distribuição, cujo vetor vai de uma certa ‘cultura’ acumulada pelos intelectuais e acadêmicos para os demais segmentos da população, entre eles os professores.

2º Cole (1979)

Tendo como tema “Pedagogia da Leitura”, o 2º Congresso “procurou, dentro das restrições que se impuseram (financiamento, tempo, local, etc...), integrar diferentes especialistas no sentido de colocar mais perguntas na área da leitura e abrir alguns horizontes de solução aos problemas”. (SILVA, 1979, p. 1) O evento, através de seu temário e sua programação, parecia ter acolhido as críticas à programação do Cole anterior e desejava atender às reivindicações feitas, colocando ênfase nas discussões de

caráter menos acadêmico e mais pedagógico, que pudessem atender às necessidades dos professores.

Todavia, no texto de avaliação do 2º Cole, é possível encontrar desaprovações quanto à ausência de professores das séries iniciais, como também de discussões sobre projetos em escolas que não são centrais e urbanas. Diz o texto: “Como entender a ausência dos professores de 1ª a 4ª séries?... [Há] Necessidade de se discutir projetos para educação na periferia e zona rural”. (1979, p. 51)

Neste mesmo texto, encontram-se elencadas algumas sugestões para o Cole seguinte, nas quais podemos identificar a necessidade de temas que ampliam a discussão sobre a relação da leitura e desenvolvimento escolar e social e o papel da figura do professor nesse processo:

Tópicos para o 3º Cole:

*O Papel do Professor no Processo de Desenvolvimento do Hábito de leitura.

*Adequação do Programa de Leitura à Realidade da Classe.

*A Leitura e o Macro Sistema Educacional.

*Leitura na Pré-Escola.

*Leitura e Dinâmica de Grupos.

*Programas de Incentivo à Leitura do Professor. (2º Congresso de Leitura do Brasil, 1979, p. 52)

Por outro lado, nas *Palavras Iniciais* do 2º Congresso, Ezequiel Theodoro da Silva traz que “os resultados conseguidos não foram excelentes, mas podem ser considerados plenamente satisfatórios. Satisfatórios porque vêm mostrar que existe a “vontade de transformar” em muitos educadores do Brasil”. (SILVA, 1979, p. 1)

Nos primeiros Congressos, não é difícil encontrar uma situação de descontentamento com o sistema do país, em decorrência da memória ainda viva da Ditadura Militar repressora, que previa o encarceramento de pessoas ditas suspeitas, suprimindo a liberdade de expressão, de oposição e de pensar criticamente:

E na nossa história recente, tivemos muito mais uma Pedagogia da censura do que uma Pedagogia da Leitura. Temos até uma certa tradição, uma certa História da Pedagogia da Censura.

[...]

É uma censura muito mais ignominiosa do que a de passar a tinta sobre algumas páginas ou sobre alguns nomes. Porque essa nega sistematicamente à massa o poder e a possibilidade de ascender à sua cultura, nega à massa a possibilidade de dizer a sua palavra. (GADOTTI, 1979, p. 43 e 44)

É possível encontrar em textos desse congresso, afirmações de que essa censura fortalecia a estagnação da aquisição de cultura pelas camadas populares da sociedade:

Assim, numa sociedade onde estão presentes a injustiça, a desigualdade, a miséria, a fome e a falta de liberdade e democracia (que aqui são caracterizados como elementos dessa “lei-dura”, é fácil encontrar pessoas que não têm acesso à informação e aos diversos tipos de significados referenciais veiculados pelo livro. (SILVA, 1979, p. 3)

3º Cole (1981)

É interessante olhar para os Anais e Cadernos de Resumo e perceber como vai se tornando crescente o debate sobre questões da leitura ao longo do tempo. Isto pode indicar que no período houvesse certa escassez de discussões sobre leitura, talvez elas estivessem em baixa ou ainda em uma fase de transição:

Depois da realização do 3º COLE, não tenho o menor receio em afirmar que os estudos em torno da problemática da leitura no Brasil encontram-se em plena fase de reaquecimento e desenvolvimento. Cresce o interesse pelo assunto. Aumenta a quantidade de investigações. Amadurecem as práticas qualitativas. Antes tarde do que nunca, propaga-se, enfim, a consciência da necessidade... (SILVA, 1981, p. 2)

Neste congresso, o discurso de abertura foi proferido pelo educador Paulo Freire, o que representa bem seu temário “Lutas pela democratização da leitura no país”. É neste momento em que a ALB é oficialmente criada, por decisão de assembleia. Uma Associação de Leitura, naquele momento “aparece como resposta a uma necessidade real da sociedade brasileira [...] a impulsionar o desenvolvimento da leitura” (SILVA, 1981, p. 2).

Quanto ao público presente no congresso, menciona-se a ausência de alunos “os principais interessados porque focos de crítica” (3º Congresso de Leitura do Brasil, 1981, p. 124) grupo que ainda não havia sido reclamado a participar do evento. Também comenta-se da “ausência de professores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo” e da necessidade de “convidar as entidades e associações de classe do professorado (APEOESP, por exemplo.)” (3º Congresso de Leitura do Brasil, 1981, p. 124)

4º Cole (1983)

Este congresso reuniu “as pessoas que mais concretamente se preocupam com ‘melhores dias’ para a leitura do povo brasileiro” (A Comissão Organizadora, 1983, p. I). Além da programação oficial, com 5 conferências em torno do temário “Leitura na Sociedade Democrática: do discurso a ação”, o congresso inaugurou a prática de receber inscrições de trabalhos. Teve um total de 35 trabalhos inscritos. Os textos do 4º COLE tratam de alinhar práticas de leitura com o período de expansão da ideia de uma sociedade democrática. Ao falar de democratização social, a Comissão Organizadora demonstra o desejo de que a leitura também se expanda para as classes populares, com o intuito de abrangência cultural:

A democratização da leitura, objetivo maior da ALB, acompanha a democratização da sociedade. A escola ou a biblioteca autoritária há de ser questionada e transformada à luz de conhecimentos lúcidos e procedimentos democráticos. (A Comissão Organizadora, 1983, p. II)

5º Cole (1985)

Com o temário “O professor e a leitura”, no 5º Cole “Grupos de Estudos” são criados, o que “permitiu o debate e o diálogo entre as pessoas” (5º Congresso de Leitura do Brasil, 1985, p. 125). Como um recurso da metalinguagem, a “Apresentação do 5º Cole” permite ver como sua história vai tomando forma, como os organizadores foram percebendo o resultado do trabalho na medida em que o evento ia alcançando um maior público. Pode-se ter uma ideia da proporção que ele tomava já em sua 5ª edição e até dizer que neste momento o Congresso vai se tornando referência na área da leitura:

A quantidade de trabalhos inscritos, o interesse demonstrado pelos participantes nos 13 (treze) grupos de estudo e o calor dos debates nas mesas-redondas demonstram que, no Brasil, as preocupações em torno da problemática da leitura vêm crescendo vertiginosamente. Com isso, e aqui os COLE’s exerceram um papel de fundamental importância, convalida-se uma tradição de pesquisa e estudo e, o que é mais importante, retira-se a leitura do seu “ofuscamento histórico” e faz-se a circulação de ideias entre um número maior de adeptos. (SILVA, 1985, p. 1)

Em conjunto com essa expansão significativa da área de produção de estudos sobre leitura, o 5º Cole “indicou uma ágil mobilização de professores e bibliotecários” (Diretoria da ALB, 1985, p. 2) com um alcance que perde a característica de local e regional (1º Cole) atingindo grande parte do território nacional:

O 5º COLE conseguiu reunir 550 participantes. Com exceção dos Estados e Territórios da Região Norte, todos os outros estados brasileiros estiveram representados no evento. Esta ampla participação parece demonstrar que a leitura se coloca, atualmente, como uma preocupação nacional. (5º Congresso de Leitura do Brasil, 1985, p. 125)

Em tempo de eleições diretas para presidente da República, o 5º Cole traz alguns discursos que representam reivindicações mais incisivas às instâncias governamentais, sejam elas locais, estaduais ou federais. Como participante da Mesa Redonda “A Política Cultural no Brasil: o Acesso ao Livro e à Leitura”, no 5º Cole, Regina Zilberman, então professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), afirma a necessidade de que a leitura seja tratada em termos de política pública, de responsabilidade do governo, chamando a atenção, já nesse momento, para o caráter compensatório e/ou filantrópico de iniciativas de duração temerária. Diz a professora:

A política de popularização do livro e da leitura tem-se instalado em várias instâncias, mas precisa ser de responsabilidade do poder público, na medida em que é este que, numa sociedade que se deseja democrática, representa a maior parte de pessoas de uma nação. No Brasil, quando os programas buscam remendar uma situação verificável de fato e não investem a longo prazo, reformulando as bases da educação e tornando a escola eficiente e ao alcance de todo, transformam-se em alternativas sem grandes efeitos, adotam caráter compensatório e acabam tendo duração passageira, como foi o exemplo do MOBREAL. Quando, por outro lado, atuam principalmente no sentido de beneficiar o capital, assumem fisionomia filantrópica, revestindo-se de imagem positiva para contrabalançar as vantagens que concede a seus reais destinatários. (ZILBERMAN, 1985, p. 12-13)

Essa situação se sustenta também nas moções aprovadas em assembleia da ALB, no que diz respeito à criação de bibliotecas escolares:

os participantes desta Assembléia prefeririam ver uma política de bibliotecas públicas e escolares em vez de assistirem à suposta doação de um livro didático a cada aluno da rede de ensino público do Brasil, e, igualmente, prefeririam partilhar de uma política econômica que permitisse educação e leitura para todo o cidadão, independente de projetos de assistência. (5º Congresso de Leitura do Brasil, 1985, p. 125-126)

1.2. A Revista Leitura: Teoria & Prática e seu contexto de origem

Outra ação da ALB é a de organizar a revista *Leitura: Teoria & Prática* (LTP). O periódico semestral, hoje na sua 63ª edição, foi lançado no ano de 1982. Desde o 1º Cole há o interesse de “publicação de uma revista especializada”⁶ como uma das atividades de uma associação de leitura, e a LTP:

nasce com o propósito principal de servir como veículo para a comunicação e o intercâmbio entre aqueles que se preocupam com os problemas de leitura em nosso país. Destina-se, mais especificamente, a todos aqueles que desejam *lutar pela democratização da leitura no contexto brasileiro* através de um trabalho coletivo e transformador. (Diretoria Provisória da ALB, 1982, p. 2)

A LTP é consolidada nacionalmente como uma revista especializada na área de leitura. Ela estava prevista nos Estatutos da ALB que foram aprovados no ano de 1983, no 4º Cole. Seu público alvo se constitui de profissionais que lidam, de alguma forma, com livro, a leitura, o ensino. Neste texto dos Estatutos da Associação,

o professor é implícita e explicitamente convocado a participar dessa luta, numa dupla condição: como associado (e, portanto, leitor em potencial da revista) porque integra inequivocamente o “universo de pessoas interessadas no desenvolvimento da leitura”, ao qual a Associação se dirige, e como membro do seu Conselho Consultivo, para o qual estão previstos além de livreiros, bibliotecários e editores, dois professores universitários, dois secundários, quatro de 1º grau e dois de pré-escola. (SILVA, 1998, p. 146)

Na voz de Silva, tem-se que o corpo editorial da LTP, desde o início, levava em consideração para o conteúdo a ser publicado:

a reflexão sobre a leitura, o relato de experiências bem-sucedidas/refletidas, a divulgação das pesquisas, dos lançamentos na área, a opinião [...] essa formação se daria prioritariamente pela via da informação ou da reflexão – teórica e prática – sobre a leitura e a escrita, especialmente na sua interface com a escola e o ensino. Durante muito tempo a ênfase foi essa (SILVA, 1998, p. 153-154)

⁶ Texto de “Avaliação do 1º Cole”, contido no Caderno de Resumos, 1978, página 95.

A revista LTP e o Cole se configuram, então, como principais meios de comunicação e divulgação de conteúdos diversos da ALB. Ao olhar para esses “braços” da entidade, podemos compreender melhor seu movimento.

2. Esta pesquisa: objetivos e justificativas

O objetivo desta pesquisa é conhecer o discurso sobre *Biblioteca Escolar* que a Associação de Leitura do Brasil colocou em circulação através dos Congressos de Leitura do Brasil e das Revistas *Leitura: Teoria & Prática*, tendo como locais de busca os cadernos de resumo e anais dos cinco primeiros congressos e os sete primeiros números da revista. Um período que vai de 1978 até 1985.

A justificativa para essa delimitação temporal se apoia no fato de que no decorrer de todos esses anos as pessoas que compuseram o comitê provisório e as diretorias da ALB foram as mesmas⁷, possivelmente colocando em movimento um conjunto de ideias a respeito da biblioteca que apresenta consistência em termos de valores e imagens, e é coerente aos ideais da associação no que diz respeito à democratização da leitura no Brasil. Conhecer, portanto, quais são as principais ideias que a discussão apresenta nesse período, quem está realizando essa discussão, onde e para quem, é um primeiro passo para buscar, mais à frente, compreender como ela se configura nesse momento e como dialoga com modos de pensamento e ações do tempo atual.

Este trabalho relaciona-se a todos os demais esforços que miram à construção de uma História da Leitura no Brasil, impulsionados nos anos 90 com a circulação e projeção no país das pesquisas empreendidas por historiadores franceses em torno do livro e da leitura, como Roger Chartier e outros. Todos compartilhando os pressupostos da chamada História Cultural⁸ e a ideia da necessidade de trabalho junto a documentos que registram diferentes aspectos dessa história. Trata-se de um projeto que está

⁷ A ALB foi fundada em 1981. Sua Diretoria Provisória (1981-1983), assim como a 1.^a Diretoria eleita (1983-1985) foram formadas por: Ezequiel Theodoro da Silva; Olga Molina; Raquel Maria de Almeida Prado; Marli Pinto Ancasuerdi; Hilário Fracalanza e Lilian Lopes Martin da Silva. No período que antecede a criação da entidade (1981), os congressos estiveram sob a responsabilidade do Departamento de Metodologia de Ensino da FE/Unicamp, do qual participavam, como docentes, Ezequiel Theodoro da Silva e Hilário Fracalanza e a consulta aos documentos escritos dos congressos demonstrou que sua coordenação era de responsabilidade de muitos que formavam esse mesmo grupo de pessoas.

⁸ “O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana [...] o trabalho individual dos historiadores culturais precisa ser localizado em uma das diferentes tradições culturais [...]” (BURKE, 2005, p. 10).

inserido no âmbito de uma pesquisa maior “ALB: Memórias”⁹, cujo objetivo é a produção de um arquivo dos documentos históricos que a ALB produz e conserva desde sua criação. Tenho participado desde 2012 da pesquisa, ora como aluna da disciplina de Iniciação Científica em Educação (eletiva para os cursos de licenciatura), ora como estudante da disciplina Atividades Livres (eletiva da Pedagogia)¹⁰ e, recentemente, como bolsista CNPq/PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)¹¹. Este trabalho de conclusão de curso só é possível por estar inserido neste contexto, especialmente no que diz respeito à organização do arquivo dos Coles, o que permitiu contato com o material que agora se configura como corpus deste estudo.

A realização dos primeiros Coles (1978-1983) ocorre num momento histórico que apresenta mudanças consideráveis não só de cunho político, mas socioculturais para o país, em decorrência da ainda vigente ditadura militar. Esses eventos são considerados um importante espaço de produção e circulação de conhecimento crítico acerca de questões sobre Leitura no país. Eles mobilizam vozes que até então estavam silenciadas, animam os discursos referentes às mudanças educacionais necessárias, projetam caminhos.

A escolha pelo assunto – *Biblioteca Escolar* – se justifica em duas vertentes: uma se configura no campo pessoal; outra, pelo grupo de pesquisa no qual este trabalho está inserido. O grupo de pesquisa ALLE (Alfabetização, Leitura e Escrita), da Faculdade de Educação da Unicamp, tem um histórico de trabalhos cujo tema “Biblioteca” está fortemente presente:

[...] Igualmente, dedica-se a um tema que já movimentou pesquisas anteriormente concluídas no grupo e que tomaram a biblioteca como fator importante para a formação dos leitores e para a investigação acadêmica, a saber: Bianchi (2003); Klébis (2006); Aliaga (2007); Bachiega (2008); Takamatsu (2011). (ALIAGA, 2013, p. 37)

⁹ Sob coordenação das Professoras Lilian Lopes Martin da Silva (FE/Unicamp) e Luciane Moreira de Oliveira (FE/PUC-Campinas), desde 2009 a pesquisa “ALB: Memórias” se ocupa de localizar, reunir, separar, identificar materiais diversos provenientes dos Coles: documentos escritos, sonoros, iconográficos, tridimensionais.

¹⁰ Nesse período, dediquei-me principalmente aos trabalhos de decupagem dos registros sonoros dos congressos.

¹¹ O trabalho de Iniciação Científica, cujo título é “Congressos de Leitura do Brasil (1978-1995): catálogo de fontes” tem como objetivo fazer uma sistematização das fontes existentes para cada um dos 10 primeiros Congressos, na forma de um catálogo descritivo deste material. Este trabalho de IC dá continuidade a minha participação no projeto “ALB: Memórias”. Construir o arquivo histórico da ALB e organizá-lo em um catálogo insere-se na consciência de um cuidado que preserve os registros da entidade para o presente e futuro.

A outra vertente desta escolha temática se apoia em meu percurso acadêmico. O primeiro passo dessa pesquisa foi dado no segundo semestre do ano de 2012, quando tive contato com o projeto “ALB: Memórias” ao responder a um convite feito pela professora Lilian aos alunos do curso de Pedagogia para fazer parte da equipe de sua pesquisa, através da matrícula na disciplina eletiva EP 201 A - Iniciação Científica em Educação. Minha tarefa seria dar início ao processo de decupagem¹² dos materiais sonoros dos Congressos, sendo que fiquei responsável por trabalhar com os três primeiros Coles. No decorrer deste trabalho, ao ouvir os arquivos, me chamou a atenção o que defino como atualidade de conceitos, teorias e discussões referentes ao campo educacional nos discursos proferidos no final da década de 70 e anos iniciais da década de 80.

Quando uso o termo “atualidade”, o faço por pensar que a Biblioteca, um espaço que permite o estudo, a formação do gosto e do hábito de leitura, tem como função principal formar leitores e se caracterizar como um ambiente acessível e frequentado pelos agentes da escola, inclusive e principalmente os educandos. Penso que na escola, muitas vezes, esse espaço carrega consigo um estigma de ambiente muito regrado, bastante burocrático, pela maneira como formalidades são utilizadas, dificultando o acesso ao livro, não oferecendo suporte nem acessibilidade aos alunos e aos demais usuários. Surpreendeu-me ouvir um discurso semelhante a essa realidade, que é atual, nos primeiros Congressos, há cerca de 30 anos.

No segundo semestre de 2012 e no ano de 2013 me dediquei então a fazer a decupagem desses arquivos sonoros. Nesse período, passei a me interessar cada vez mais pela história da educação, pela compreensão dos discursos que ouvia, pela pesquisa de memórias. A questão da Leitura me envolveu profundamente. Delimitei, então, meu estudo de conclusão do curso de Pedagogia. Como uma aluna da Pedagogia, já formada em Letras, interessada em estudar a História da Educação e da Leitura, participante de uma pesquisa do Grupo ALLE, esta pesquisa uniu as minhas áreas de formação e interesse.

Trabalhar com os discursos sobre a *Biblioteca Escolar*, tendo como locais de busca os Cadernos de Resumos/Anais dos Congressos de Leitura do Brasil (1978 –

¹² Decupar os arquivos sonoros dos Coles significou realizar um levantamento detalhado e registrado em ficha própria do conteúdo desses arquivos, indicando a posição e o tempo de duração de cada trecho, para servir de referência a um futuro trabalho de edição.

1985) e os textos publicados na Revista Leitura: Teoria & Prática (1982 - 1985) representa tomá-los por documentos, na perspectiva de Le Goff: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade”. (LE GOFF, 2005, p. 538).

Os Cadernos de Resumos e Anais, e os textos da LTP podem ser tomados como documento porque contêm um conjunto de representações. Encontramos, no texto de Apresentação dos Anais do 5º Cole, um suporte a essa nossa perspectiva: “Depois do movimento do congresso, o registro do congresso é mais substância para consolidar uma tradição. Os documentos do 5º COLE, aqui reunidos, vão certamente contribuir para com o avanço das discussões sobre leitura neste país”. (SILVA, 1985, p. 1-2)

Os textos impressos se tornam registro de um pensamento sobre a Biblioteca Escolar, e tantas outras temáticas de estudo, e fonte para aprofundamento das discussões e reflexões:

As anotações esparsas, feitas talvez apressadamente nas atividades do Congresso, poderão ser agora retomadas para o devido aprofundamento. Por outro lado, como o tempo de execução do evento exigiu a co-ocorrência de comunicações orais, os participantes poderão, com os ANAIS, conhecer todos os textos apresentados. (SILVA, 1985, p. 1)

2.1. Percurso Metodológico

Esta pesquisa teve início no segundo semestre de 2013, quando pedi para que a professora Lilian me orientasse em um TCC que envolvia a temática Biblioteca Escolar e os arquivos do COLE e da ALB. Com seu aceite pontual, me matriculei em TCC I. Porém, como isso acontecia ao mesmo tempo em que eu cumpria uma série de disciplinas para o curso de pedagogia, inclusive estágios, e continuava na pesquisa “ALB: Memórias” optei por não dar continuidade no ano de 2014 e finalizar as análises e a escritura do texto no primeiro semestre de 2015, quando já teria concluído todos os demais compromissos da graduação e poderia me dedicar integralmente à pesquisa de TCC e à Iniciação Científica que vinha desenvolvendo.

Para formar um corpus com as fontes necessárias ao estudo desses discursos, buscamos os cadernos de resumos e anais dos Coles e do 1º COBI (Conferências para

Bibliotecários)¹³, assim como dos exemplares da Revista Leitura: Teoria & Prática (LTP). Realizamos uma primeira busca no material impresso dos cinco congressos (1978 – 1985) levando em consideração a presença do termo “Biblioteca Escolar” nos títulos das palestras, conferências ou mesas redondas, e trabalhos inscritos. Já para a Revista Leitura: Teoria & Prática (LTP), a busca por “Biblioteca Escolar” se deu na leitura dos textos que compõem os exemplares, uma vez que a ocorrência dessas palavras nos títulos foi muito pequena, enquanto que ao longo dos textos a discussão podia ser a ela associada. A catalogação deste material se deu em forma de tabelas (anexos 1 e 2), contendo os seguintes campos para:

Os Coles e Cobi: Congresso de referência; Título; Autor (es), Página, Localização no Arquivo em Áudio, Tipo de Texto. Essa tabela foi preenchida com informações dos 24 textos presentes nos Cadernos de Resumos e Anais dos Congressos e por nós selecionados.

A Revista LTP: para a catalogação dos 10 textos selecionados foi feita uma única tabela com as seguintes informações: Edição, Título, Autor (es), Tipo de texto, Página.

O quantitativo final deste corpus se configurou com 34 textos e gerou esta tabela:

Tabela 1. Quantidade de textos que tem a palavra Biblioteca no título

Suporte de referência	Quantidade de Textos
Resumos – 1º COLE (1978)	1
Resumos – 1º COBI (1978)	6
Resumos – 2º COLE (1979)	2
Resumos – 3º COLE (1981)	6
Anais – 4º COLE (1983)	2
Anais – 5º COLE (1985)	7
Total	24
LTP – nº 0 (Novembro de 1982)	3
LTP – nº 1 (Abril de 1983)	1
LTP – nº 2 (Outubro de 1983)	2
LTP – nº 3 (Julho de 1984)	1

¹³ O 1º COBI (Conferências para Bibliotecários), iniciativa da Associação Campineira de Bibliotecários, foi realizado simultaneamente ao 1º Cole e divulgado em conjunto. Tinha como objetivo refletir sobre o trabalho do bibliotecário e do professor em busca da valorização das bibliotecas, as questões levantadas são tanto de ordem técnica quanto de ordem educacional. Por isso nos interessou e consideramos, inicialmente, todos os seus textos para a constituição do corpus de pesquisa.

LTP – n° 4 (Dezembro de 1984)	1
LTP – n° 5 (Junho de 1985)	1
LTP – n° 6 (Dezembro de 1985)	1
Total	10
TOTAL	34

Num exercício de refinamento das buscas pelos textos, tomamos algumas decisões: a primeira foi a de não trabalhar com os textos do 1º COBI e com os trabalhos inscritos no Congresso, vez que não podiam ser entendidos como de responsabilidade exclusiva da ALB. Provinham de participantes do congresso ou respondiam aos organizadores do encontro dos bibliotecários e nosso interesse centrou-se no que a ALB divulgara sobre o assunto *Biblioteca Escolar* na programação oficial dos Congressos de Leitura e nas Revistas LTP; a segunda decisão foi realizar um trabalho de busca um pouco mais apurado e, em um esforço de leitura texto a texto, procuramos identificar discursos que traziam algum tipo de discussão sobre *Biblioteca Escolar*. Este movimento promoveu uma redução no quantitativo de textos.

Nesta nova operação foram selecionados 16 textos, sendo 9 nos Caderno de Resumos e Anais dos Coles e 7 nas Revistas LTP. Estes textos constituem, finalmente, nosso corpus de pesquisa e dizem respeito às mesas redondas e comunicações oficiais dos Congressos e aos artigos, pesquisas concluídas, resenhas da LTP, compondo uma nova tabela, que discrimina o suporte de referência, a quantidade total de textos (oficiais) daquele suporte e a quantidade de textos cujo foco é a biblioteca escolar:

Tabela 2. Quantidade de textos que tem em seu conteúdo a palavra *Biblioteca*

Suporte de referência	Quantidade total de textos	Biblioteca Escolar
Resumos - 1º COLE (1978)	14	1
Resumos - 2º COLE (1979)	20	3
Resumos - 3º COLE (1981)	9	1
Anais - 4º COLE (1983)	5	1
Anais - 5º COLE	5	3

(1985)		
Total	53	9
LTP – n° 0 (Novembro de 1982)	12	3
LTP – n° 1 (Abril de 1983)	17	0
LTP – n° 2 (Outubro de 1983)	15	2
LTP – n° 3 (Julho de 1984)	13	0
LTP – n° 4 (Dezembro de 1984)	13	1
LTP – n° 5 (Junho de 1985)	11	0
LTP – n° 6 (Dezembro de 1985)	14	1
Total	95	7
TOTAL	148	16

Este novo corpus de pesquisa, com as referências completas, será detalhado e trabalhado na perspectiva de cumprir o objetivo deste trabalho.

3. Sobre os Discursos

Da totalidade dos textos presentes no período delimitado, selecionamos 16, considerando dois critérios: textos cujo foco é a *Biblioteca Escolar* e textos que assumindo a existência de uma crise de leitura no país, tratam, de alguma maneira, da biblioteca.

Uma primeira leitura, texto a texto, desse conjunto permitiu o levantamento de questões que serviram de guia para uma leitura mais refinada, na tentativa de descobrir **o que** estes textos estavam dizendo, **quem e com quem** se estava dizendo e **de que maneira**: Quem são os autores desses textos? Quais são as referências teóricas presentes nos textos analisados? Para uma aproximação do que os textos diziam acerca da biblioteca escolar, definimos duas categorias: Quais os principais problemas apontados relativos à biblioteca escolar? Quais as propostas de solução ou as recomendações indicadas?

A partir dessas indagações, nosso texto se configurou em dois tempos, sendo que no primeiro fazemos alguns apontamentos sobre aspectos situacionais e de autoria destes textos: quem são os autores, seus referenciais teóricos, e de que forma as discussões acadêmicas acerca da *Biblioteca Escolar* se configuravam. Então, no segundo momento, focamos nossa atenção no conteúdo dos textos, respondendo as duas últimas questões.

Os nove textos selecionados nos Cadernos de Resumos e Anais dos Congressos de Leitura do Brasil foram¹⁴:

- *Utilização da Biblioteca*, de Carminda Castro Nogueira (Bibliotecária) Resumo feito por Lilian Lopes Martin. 1º Cole, 1978.
- *Programa de incentivo ao hábito da leitura*, de Carminda Nogueira de Castro Ferreira (Bibliotecária) e Oscar Manoel de Castro Ferreira (Professor Universitário). Resumo feito por Lilian Lopes Martin da Silva. 2º Cole, 1979.
- *Estudo comparativo das atribuições do Conselho Regional de Biblioteconomia e Associação de Classe*, de Antonio Gabriel (Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB), Cecília Enerstina D'Ottaviano Armentano (Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região), Vania Lando de Carvalho (Presidente da Associação Campineira de Bibliotecários), Ester Ramos (Presidente da Associação dos Bibliotecários Municipais da Cidade de São Paulo). Resumo feito por Lilian Lopes Martin da Silva. 2º Cole, 1979.
- *Biblioteca, leitura, educação contínua*, de Antonio Miranda (Assessor de Planejamento Bibliotecário do Ministério da Educação e Cultura). Resumo feito por Lilian Lopes Martin da Silva. 2º Cole, 1979.
- *Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura do Brasil*, de Tania Rodrigues Mendes (Bibliotecária-Chefe EAESP-FGV), Caio Graco Prado (Editora Brasiliense), Laura Constância de A. A. Sandroni (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil), Luis Firmino

¹⁴ Esclarecimento: os Cadernos de Resumo dos dois primeiros congressos trazem os resumos dos textos apresentados. Esses resumos foram elaborados a partir da audição dos registros sonoros feitos na ocasião e são de autoria da mesma pessoa.

de Lima (Centro de Memória Sindical), Luís Augusto Milanesi (Escola de Comunicação e Artes da USP), Suzi Sperber (Associação dos Professores de Língua e Literatura). 3º Cole, 1981.

- *Subsídios para uma política da leitura*, de Maria Alice Barroso (Biblioteca Nacional), Laura Constância Austragésilo de Athayde Sandroni (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil), Nelly Novaes Coelho (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP), Zila da Costa Mamede (Biblioteca Pública Câmara Cascudo da Fundação José Augusto, Natal/RN). 4º Cole, 1983.
- *A política cultural no Brasil: o acesso ao livro e à leitura*, Regina Zilberman (Centro de Pesquisas Literárias – PUC/RS), Fábio Lucas (Instituto Nacional do Livro – DF), Lígia Cadermartori (Fundação de Assistência ao Estudante – MEC), Edson Gabriel Garcia (Departamento de Planejamento – Prefeitura de São Paulo), Glória Maria Fialho Pondé (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – RJ). 5º Cole, 1985.
- *O professor como leitor e como incentivador da leitura*, de João Wanderley Geraldi (Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp), Maria Therezinha Saad Bedran (Faculdade de Educação – UFMG), Haqira Osakabe (Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp), Eulina Pacheco Lufti (EEPSG “Architilino Reis”, SP). 5º Cole, 1985.
- *Manifesto dos bibliotecários*, de Olga Guedes Soares (UFCE), Maria Helena F. C. de Tarros (Pós – PUCC), Ana Maria Nogueira Machado (UNICAMP), Roseli A. Leme (São Paulo), Iracema S. Rodrigues (Biblioteca Pública do Paraná), Zilmara Quirino do Prado (Biblioteca Pública do Paraná), Regina T. Nishiyama (Biblioteca Pública do Paraná), Maria Isabel Santoro (UNICAMP/PUCC), Vera Silvia Marão Beraquet (PUCCAMP), Guacira Helena Santoro (Araraquara C.P.A.), Maria Helena Croda (Campinas), Maria de Lourdes Cardoso (Campinas), Doralice Gomes B. Soares (Campinas), Maria Odaísa E. de Oliveira (UFPA), Lusimar Silva Ferreira (UFMA), Maria Helena B. Maia (PUCCAMP), Maria Marcia Coutinho Barilloni, Miriam Regina Silva, Terezinha Ongaro Monteiro de Barros (Biblioteca Municipal de Sumaré). 5º Cole, 1985.

Da revista *Leitura: Teoria & Prática*¹⁵, os sete textos selecionados são:

- *Leitura Recreativa na escola de 1º Grau*, de Maria Helena de Andrade Magalhães, professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG. LTP n° 0, 1982. (Relato de pesquisa concluída)
- *Para sair da crise*, de Raquel Maria de Almeida Prado, Faculdade de Biblioteconomia – PUCC. LTP n° 0, 1982. (Resenha do livro “Leitura em Crise na Escola. As alternativas do professor”, organizado por Regina Zilberman)
- *Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ*, de Laura Constância Austregésilo de Athayde Sandroni, membro do Conselho Diretor da FNLIJ. LTP n° 0, 1982. (Texto de divulgação)
- *Os meios de comunicação de massa e o hábito de leitura*, de José Marques de Melo – Coordenador do Centro de Pós-Graduação do Instituto Metodista de Ensino Superior – São Bernardo do Campo/SP. Professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. LTP n° 2, 1983. (Artigo)
- *Da leitura até a reflexão sobre a vida brasileira*, de Regina Zilberman, professora da PUC-RS. LTP n° 2, 1983. (Resenha do livro “Leitura & Realidade Brasileira”, de Ezequiel Theodoro da Silva)
- *A escolarização do leitor: a didática da destruição da leitura*, Lilian Lopes Martin da Silva, Professora da Faculdade de Educação da Unicamp. LTP n° 4, 1984. (Relato de pesquisa concluída)
- *A leitura e o despertar do prazer de ler*, de Eliana Yunes, PUC-RJ. LTP n° 6, 1985. (Artigo)

¹⁵ A LTP, nesse momento, é dividida pelas seguintes sessões: Editorial, Entrevista/Depoimento (n°0 a n°3), Artigos, Pesquisas, Atualização, Divulgação, Resenhas (n°4 a n°6). Na LTP de n°5 há uma sessão de Lançamentos e outra para Correspondência Recebida, já na LTP de n°6 essas sessões não aparecerem e a novidade são as sessões Poesia e Relatos de Experiência. Foi possível fazer esse levantamento pelas próprias revistas.

3.1. Primeiro tempo: autores e autores citados

Esse conjunto permitiu nosso encontro com uma série de autores oriundos de vários pontos do país: Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal. Congresso e Revista marcavam, desde o início, as atividades da Associação de Leitura do Brasil (ALB) e canalizavam a situação das discussões sobre leitura no país, que parecia ser promissora. A ALB e os Congressos acolhiam essa heterogeneidade de vozes em sua força de vida e se fortaleciam com ela:

hoje [4 anos após a fundação da ALB] podemos *orgulhosamente* afirmar que já existe um conjunto significativo de obras, pesquisas e estudos de cunho nacional, servindo de parâmetros à formulação de novas práticas e ao planejamento de novas investigações. (Diretoria da ALB, 1985, p. 2)

Em 1985, a diretoria da ALB, orgulhava-se do aumento do número de trabalhos de pesquisa na área, bem como do adensamento das reflexões existentes. Desde 1978 os congressos de leitura e posteriormente a ALB dedicavam-se a esse “alargamento” do campo e isso parecia estar ocorrendo.

Considerando o *Relatório Final de Cumprimento do Objeto*, do 19º Cole, documento enviado à CAPES, uma das agências financiadoras do evento ocorrido em 2014, algumas informações nos permitem concluir que esse crescimento, já sentido em 1985, pode ser atestado 29 anos depois, mesmo se considerarmos o momento atual, no qual em busca de melhorar sempre mais a produtividade acadêmico-científica pessoal, os sujeitos inscrevam seus trabalhos nos eventos científicos.

O COLE convidou os participantes a inscreverem trabalhos no formato de comunicações orais e em outras linguagens, oferecendo aos congressistas outras formas de expressão das questões que os afetam no campo da leitura. Tivemos 833 comunicações, assinadas por até três coautores (1009 congressistas), reunidas em 281 sessões de três trabalhos, com um momento de discussão dos temas apresentados. (AMORIM, 2014, p. 1)

Na 19ª edição do Congresso, houve um sensível crescimento de público, bem como das mesas redondas e/ou conferências oferecidas na programação, com cerca de

200 convidados, entre eles, alguns internacionais. Com 21 mesas, 2 conferências e 50 minicursos, o Congresso se desenvolveu ao lado de extensa programação cultural.

Fica claro também o diálogo com os professores:

Houve 2300 inscrições, metade das quais para participar como ouvintes, especialmente interessados em um dos 50 minicursos que serão ministrados na sexta-feira de manhã e à tarde. Várias das inscrições para participação como ouvinte são resultado de inscrições em grupo para secretarias de educação, escolas e demais coletivos, com valores comparativamente bem reduzidos. (AMORIM, 2014, p. 7)

Nos anos iniciais da ALB (1978 a 1985), a reflexão acerca da Biblioteca Escolar foi impulsionada por 49 autores dos 16 textos que constituem o corpus de pesquisa deste trabalho. Os autores são: Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Oscar Manoel de Castro Ferreira, Antonio Gabriel, Cecília Enerstina D'Ottaviano Armentano, Vania Lando de Carvalho, Ester Ramos, Antonio Miranda, Tania Rodrigues Mendes, Caio Graco Prado, Luis Firmino de Lima, Luís Augusto Milanese, Suzi Sperber, Maria Alice Barroso, Laura Constância Austragésilo de Athayde Sandroni, Nelly Novaes Coelho, Zila da Costa Mamede, Regina Zilberman, Fábio Lucas, Lígia Cadernartori, Edson Gabriel Garcia, Glória Maria Fialho Pondé, João Wanderley Geraldi, Maria Therezinha Saad Bedran, Haqira Osakabe, Eulina Pacheco Lufti, Olga Guedes Soares, Maria Helena F. C. de Tarros, Ana Maria Nogueira Machado, Roseli A. Leme, Iracema S. Rodrigues, Zilmara Quirino do Prado, Regina T. Nishiyama, Maria Isabel Santoro, Vera Silvia Marão Beraquet, Guacira Helena Santoro, Maria Helena Croda, Maria de Lourdes Cardoso, Doralice Gomes B. Soares, Maria Odaísa E. de Oliveira, Lusimar Silva Ferreira, Maria Helena B. Maia, Maria Marcia Coutinho Barilloni, Miriam Regina Silva, Terezinha Ongaro Monteiro de Barros, Maria Helena de Andrade Magalhães, Raquel Maria de Almeida Prado, José Marques de Melo, Lilian Lopes Martin da Silva, e Eliana Yunes.

O quadro abaixo permite ver a atuação profissional, da época, desses 49 autores presentes como convidados dos 5 primeiros congressos e como autores de textos das 6 primeiras edições da revista:

Quadro 1. Atividade profissional dos convidados dos congressos e autores da LTP

Editor	1
Bibliotecários (sendo 19 os autores do Manifesto dos Bibliotecários, apresentado ao final do 5.º COLE)	23
Pesquisador Universitário (Professores e Pós-Graduandos)	11
Professor de Escola Pública	1
Representantes de Associações diversas	6
Representantes de Instituições Governamentais	4
Representantes de Instituições Privadas	2

Percebemos que há predominância de representantes da universidade nessa gama de autores. Isso se explica, de um lado, pela natureza do evento e da revista, mas também pode significar que havia uma movimentação na academia acerca da temática da leitura e da biblioteca escolar, como revela o teor acadêmico da maioria dos textos. Nota-se também que ainda que a menor parcela desses autores seja constituída por bibliotecários (não fosse pelos 19 autores do Manifesto dos Bibliotecários, a categoria seria representada por 4 autores) e professores da escola pública (apenas um representante), há participação considerável de representantes de instituições públicas e associações, principalmente quando o assunto é política pública.

Atualmente a discussão sobre a *Biblioteca Escolar* parece ter se amplificado muito, envolvendo não apenas a comunidade acadêmica, mas diferentes agentes ligados à formação de leitores: bibliotecários, professores, voluntários de todo tipo, além de obviamente representantes dos poderes públicos e de ONGs, assim como dos “braços sociais” de grandes empresas. A lei 12.244 de 2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País desde sua instituição mobiliza essa discussão.

Nesse conjunto de textos estão mencionados outros 40 diferentes autores na forma de “referências”. Essas referências se apresentam como citação literal ou simplesmente como menção, trazendo à discussão “vozes” que, embora ausentes,

localizadas em outro tempo ou lugar, se fazem novamente presentes, para que o argumento apresentado, em uma nova composição, seja fortalecido. Essas referências constroem uma espécie de rede de sustentação a esse conjunto de ideias. Ideias que se remetem umas às outras.

Dessas referências, 25 são de autores nacionais, grande parte professores e pesquisadores universitários: Paulo Freire, Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Ezequiel Theodoro da Silva, Ecléa Bosi, João Wanderley Geraldi, Antonio Cândido, Rubem Borba Moraes, José Veríssimo, Ivone Butaka, Marisa Lajolo, HaquiraOsakabe, Regina Zilberman, Julia Lopes de Almeida, Magda Becker Soares, Demerval Saviani, Maria Helena Andrade Magalhães, Maria Helena Martins, Ligia Averbuck, LuisMilanesi, José Marques de Melo, Jessen Vidal, Vera Aguiar, Maria Izabel Cattani, Mário Fittipaldi, Carlos Alberto Medina.

Também pudemos identificar 15 referências a autores estrangeiros, entre filósofos, sociólogos, educadores europeus e americanos: José Martí, Northrop Frye, Benedetto Croce, Roland Barthes, Paul Lafargue, Michel Foucault, Robert Escarpit, Ronald Baker, Hipólito Escolar, Joffre Dumazedier, Eleanor Maccoby, Richard Bamberger, Pedro Salinas, Theodore Peterson, Douglas Crawford McMurtrie.

Há, também, referências a alguns documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases (1971) e o Programa de Ensino do 1º grau: Comunicação e Expressão, 1ª a 8ª série, da Secretaria de Estado da Educação Minas Gerais (1973); a periódicos diversos, como aos Anais do 1º Encontro de Professores Universitários de Literatura Infantil e Juvenil, a Resumos e Anais dos Coles, às Revistas Leitura: Teoria & Prática, ao Jornal da APEOESP; à pesquisas diversas, como a um trabalho organizado pela Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Secretaria Municipal de Campinas, (1983) e a um livro da UNESCO. As referências completas se encontram em anexo 3.

3.2. Segundo Tempo: a biblioteca escolar

Dividimos os 16 textos em dois grupos: de um lado aqueles que se dedicam a explorar os problemas da biblioteca ou da leitura em que a biblioteca está indicada como variável significativa, focando prioritariamente os problemas; de outro, as propostas de soluções apresentadas.

Antes, porém, nossa primeira leitura de análise dos textos consistiu em buscar compreender o que os autores desses textos pareciam entender sobre as funções de nosso objeto de estudo.

A voz da bibliotecária Carminda Nogueira, durante o 1º Cole, ocorrido em 1978, foi registrada nos *Cadernos de Resumos* do congresso. Ali temos uma definição que pensamos estar presente em outros discursos por nós selecionados. Nogueira traz que: “A finalidade da biblioteca escolar é dupla: de um lado deve contribuir para alimentar o interesse das crianças pela leitura e, de outro, deve servir de complemento ao trabalho do professor”. (NOGUEIRA, 1978, p. 40-41). Além disso, a bibliotecária afirma que “hoje em dia não é fácil comprar todos os livros necessários a nossa experiência de leitura. Utilizar a biblioteca pode ser um dos motivos essenciais do ensino da leitura” (NOGUEIRA, 1978, p. 40). Ressalta, assim, a participação da biblioteca no ato de ler. Como ela, Antônio Miranda, no 2º Cole, um ano depois, também sustenta essa posição:

Para que a leitura realmente se transforme num instrumento de recriação devemos lutar por melhores condições de nossas bibliotecas (e por um maior número de bibliotecas), por melhores métodos de ensino em nossas escolas. Lembramos que a leitura é um DIREITO que independe da simples boa vontade dos governantes. (MIRANDA, 1979, p. 33)

Em resenha do livro “Leitura em Crise na Escola. As alternativas do professor”, organizado por Regina Zilberman, Raquel Maria de Almeida Prado (1982) faz referência ao capítulo oitavo deste livro, denominado “Biblioteca Escolar: da gênese à gestão”, cuja autoria é de Ezequiel Theodoro da Silva. Segundo Prado, o autor levanta algumas considerações sobre a biblioteca escolar, um assunto que “vem sendo discutido há muito tempo. Essa discussão, sempre presente entre educadores e bibliotecários, carece de soluções” (1982, p. 39). Prado resgata a ideia de Ezequiel “da necessidade de instalação de bibliotecas em nossas escolas de 1º e 2º graus”, vez que são as escolas “as responsáveis pela formação de leitores que, no futuro, vão se constituir (ou pelo menos assim deve ser), em cidadãos cientes e conscientes de sua responsabilidade social e cultura” (1982, p. 39).

Como uma ideia comum entre os dois autores, para formação de leitores nas escolas:

as bibliotecas são indispensáveis. Infelizmente, a prática pedagógica e o sistema político bloqueiam o desenvolvimento da leitura, impedindo que ela se torne um hábito, dificultando, por conseguinte, o trabalho do educador. Essas escolas, em sua grande maioria, desconhecem o que é uma biblioteca e, se a biblioteca existe, é ela pobre em seu acervo, sem um profissional especializado para formá-la ou dirigi-la. A proposta é, pois, criar bibliotecas nas escolas levando-se em conta as necessidades de leitura dos usuários, integrando professores, pais, alunos e bibliotecários para, numa luta persistente e conjunta, conseguirem que a biblioteca passe de “artigo de luxo” a fator de primeiríssima necessidade. (PRADO, 1982, p. 39-40)

“E qual o papel da biblioteca na superação da crise da leitura?”, questiona José Marques de Melo, na LTP n° 2 (1983, p. 28). Alguns desses textos expressam movimentos que representam formulações de uma resposta à questão posta por J. M. de Melo. Laura Sandroni, no 3° Cole, já afirma que: “Armada com uma boa biblioteca e professores capazes, a escola estará mais capacitada para o esforço rumo à formação de um leitor crítico e atuante”. (SANDRONI, 1981, p. 11).

Mas a maioria dos 16 textos que reunimos trata de uma “crise da leitura”, que acompanha uma crise da sociedade, de raízes históricas no país:

O debate a propósito da leitura indica, via de regra, a década de 70 como um momento histórico de eclosão de uma crise generalizada, bem como das tentativas de combate e proposição de modelos de mudança. Suas causas estariam entre o rebaixamento do nível de ensino, o processo acelerado de crescimento da sociedade brasileira, o consumismo, a influência dos meios de comunicação de massa. Todavia, pesquisadas as origens do problema, verifica-se que, se ele remonta à formação da sociedade nacional, que, desde a colonização, pouco favoreceu o ensino e a escolarização ampla da população. (ZILBERMAN, 1983, p. 42)

Aquele era um momento em que as questões de democratização estavam muito gritantes. Os textos mostram que a preocupação com a biblioteca escolar liga-se a um projeto maior de democratização do país. Eliana Yunes, na LTP n° 6 afirma que “faltamos uma política da leitura” (YUNES, 1985, p. 11).

Temos aí algumas afirmativas que trazem a luz muito do que será posto adiante: a biblioteca é um meio de acesso ao livro; há uma linha tênue entre biblioteca e ensino de leitura; a escola é a principal responsável pela formação de leitores; as bibliotecas escolares são escassas nas escolas; os acervos são precários; necessidade de repensar a biblioteca escolar.

Diante deste quadro, partimos, então, para o conteúdo desses textos que respondem à nossa primeira pergunta: Quais os principais problemas apontados relativos a biblioteca escolar? Interessamo-nos aqui em descobrir e compreender quais são as principais preocupações dos autores nesse conjunto de textos.

3.2.1. Biblioteca Escolar: os problemas

Numa primeira leitura dos textos já foi possível perceber que eles tratavam as questões sobre nosso objeto de estudo sob duas perspectivas principais: problemas e propostas de solução. Optamos, pois, por identificar na leitura dos textos essas duas perspectivas. Na primeira nos ocupamos em identificar e compreender as principais preocupações manifestas pelos autores nesse conjunto de textos: a lei, o acesso livro, a condição do acervo, a instituição escolar, o hábito de leitura...

A lei

A primeira problemática de que trataremos diz respeito à lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971¹⁶, na qual a biblioteca escolar está ausente: “No Brasil, a lei 5692 não menciona a biblioteca como um fator importante para o ensino”. (NOGUEIRA, 1978, p. 40). A bibliotecária Carminda Nogueira levanta esse questionamento, durante a realização do 1.º Cole em 1978, lamentando e atribuindo a responsabilidade aos governos e legisladores: “Para nós, a biblioteca escolar não constitui ainda nem ao menos no papel, uma das partes essenciais da escola. Não é parte integrante da escola”. (NOGUEIRA, 1978, p. 40-41)

Cecília Armentano, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia na época, também discutiria essa questão: no congresso seguinte ela afirma: “por várias vezes estivemos com o Senhor Secretário da Educação¹⁷, solicitando que a lei¹⁸ fosse

¹⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692/71 foi promulgada pelo governo militar; altera o ensino primário de quatro anos, estabelecido pela Lei anterior (Nº 2269) de 31 de dezembro de 1927, para o ensino de 1º grau de oito anos. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus e dá outras providências. Era Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici.

¹⁷ Na época o Secretário de Educação do Estado de São Paulo era Luiz Ferreira Martins. Informação disponível em:

<http://www.ict.unesp.br/#!/instituicao/memorias/biografias/luis-ferreira-martins/>. Acesso em 19 de Junho de 2015.

¹⁸ Trata-se do Decreto nº 7.709, de 18 de abril de 1976, da Secretaria de Educação de São Paulo, em que a escola de 1º e 2º graus que sustenta mais de 20 classes disporá de um Bibliotecário. Disponível em:

cumprida. Por desagravo nosso, a resposta sempre foi: “Foi promulgada a lei, mas não há verba para a instalação de bibliotecas” (ARMENTANO, 1979, p. 11-12). Há uma crítica presente nesses textos a respeito de políticas assistencialistas nesta “hora de decisão”. O Conselho Regional de Biblioteconomia, na voz de Cecília Armentano, diz da necessidade da criação de um órgão na Secretaria de Educação para planejar a estrutura das bibliotecas escolares, assim como diz que “a principal preocupação do Conselho é criar bibliotecas e os padrões mínimos para seu funcionamento já estão sendo estudados”. (ARMENTANO, 1979, p. 12)

É possível perceber nos discursos um clamor por uma ação de garantia de bibliotecas escolares, vez que elas se ligam a um objetivo primeiro da escola: o ensino da leitura; e “nenhum programa de leitura que objetive resultados a médio prazo pode dispensar uma rede de bibliotecas escolares e públicas, com formação de acervo que atenda unicamente aos interesses do usuário” (BARROSO, 1983, p.25). Carminda Ferreira¹⁹ complementa, com a afirmativa: “O progresso social e econômico de um país jamais será possível se o povo não tiver acesso fácil aos conhecimentos indispensáveis, transmitidos pelo texto impresso”. (FERREIRA, 1979, p. 8)

Aliados à problemática da lei, temos alguns problemas e suas consequências no âmbito educacional e social:

Diversos fatores impedem que a biblioteca (pública ou escolar) se transforme num órgão que facilite a educação permanente. Segundo relatório de estudo sobre 30 Bibliotecas Públicas Carentes do Estado de São Paulo (Profa. Carminda, 1978), constata-se o seguinte: (a) a biblioteca pública inexiste em termos de presença atuante de agente de desenvolvimento; (b) os serviços bibliotecários à comunidade são precários, por falta de pessoal devidamente qualificado; (c) instalações, equipamentos e acervos são insuficientes, inadequados, deficientes, “pobres e obsoletos”; (d) pessoal, administração e verbas são insuficientes. É dentro deste quadro desolador que devem atuar professores e bibliotecários. (FERREIRA, 1979, p. 8)

http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/214601/decreto-7709-76?ref=topic_feed Acesso em 19 de Junho de 2015.

¹⁹ Na Programação e no Resumo do 1º Cole o nome referido é Carminda Castro Nogueira. Já no material referente ao 1º Cobi (Conferência dos Bibliotecários, que ocorreu simultaneamente ao 1º Cole) e ao 2º Cole, o nome consta como Carminda Nogueira de Castro Ferreira. Trata-se da mesma pessoa.

O acesso ao livro e a condição dos acervos

Esse “quadro desolador” apontado por Ferreira se torna um problema de âmbito social e educacional vez que a biblioteca escolar funciona como um meio de acesso ao livro para a maior parte da população, dado que:

A família brasileira, em sua grande maioria, não tem condições financeiras nem culturais para proporcionar a criança esse instrumental para o desenvolvimento intelectual [o livro]. Por isso, lutamos todo tempo, com tempo, sem tempo e contra o tempo para a instalação de bibliotecas infantis criteriosamente providas e que colaborem efetivamente com a escola no despertar da leitura. (NOGUEIRA, 1978, p. 40)

O problema é que “o livro que é portador deste modelo de leitura permanece fora do alcance de seu virtual destinatário. As bibliotecas escolares são pobres, o livro é caro” (ZILBERMAN, 1985, p. 7). E, conforme já apontava Carminda:

temos de considerar que grande quantidade de crianças brasileiras enfrenta sérios obstáculos à aquisição do hábito [de leitura] devido a suas condições socioeconômicas. Daí grande (ou maior) parte da responsabilidade recai sobre a escola, sobre o trabalho integrado de professores e bibliotecários. (FERREIRA, 1979, p.6)

Reforça essa afirmativa, uma outra: a “responsabilidade de leitura recai sobre a escola”, e nesta instituição, o local para o acesso ao livro é a biblioteca escolar, mas “às vezes, as escolas possuem biblioteca a que os alunos não têm acesso, sob o pretexto de que não sabem manipular os livros e comportar-se adequadamente no citado local” (BEDRAN, 1985, p. 54).

Assim como Bedran, Lilian Silva levanta que:

como elas [as bibliotecas escolares] funcionam (quando funcionam) é uma questão que merece ser considerada porque quase sempre uma escola com biblioteca é ainda uma escola com alunos sem livros. Isto porque os livros ficam confinados às bibliotecas, que geralmente são das bibliotecárias. E estas as querem limpas e silenciosas, isto é, protegidas (vazias) dos leitores e prenhas de livros. (SILVA, 1984, p. 40)

O professor José Marques Melo também afirma que:

as bibliotecas nem sempre privilegiam seu principal alvo – o leitor –, cultivando muitas vezes distorções lamentáveis, como a de privilegiar a conservação das coleções e o tratamento técnico dado à recuperação das informações bibliográficas. Com isso, deixam de servir aos leitores e tornam repartições inócuas. (MELO, 1983, p. 28)

Laura Sandroni em consonância à esses discursos aponta que biblioteca escolar muitas vezes se caracteriza como um depósito de livros, apenas, e não cumpre seu papel de permitir e garantir o acesso ao livro aos alunos:

Na grande maioria das escolas não existe uma biblioteca com acervo razoável, composto de livros atuais que possam interessar as crianças e jovens. Quando ela existe é, na grande maioria das vezes, um amontoado de livros velhos, que pouco podem oferecer para atrair um jovem leitor em formação. (SANDRONI, 1981, p. 11)

A voz de uma bibliotecária confirma essa situação:

uma pesquisa elaborada por uma equipe de bibliotecários do Estado do Rio Grande do Norte, em 1979/1980, sobre a situação das bibliotecas escolares em Natal, Mossoró, e Caicó. Verificou-se, no andamento da pesquisa (não concluída) que 95%, aproximadamente, das escolas da rede estadual não possuíam bibliotecas, sendo que grande parte delas considerava os depósitos de livros didáticos pertencentes ao Banco de Livros como bibliotecas. Pode-se, então, constatar a não existência de bibliotecas escolares e a confusão estabelecida entre banco de livros e bibliotecas. (MAMEDE, 1983, p. 33)

Sobre o programa do governo de distribuição de livros didáticos²⁰, Fábio Lucas, no 5º Cole, traz que:

esses livros são distribuídos em pacotes que têm uma frieza enorme em relação à cultura local. As bibliotecárias recebem aquilo e depositam nas estantes, e aquilo fica como causa potencial de experiências, mas uma eterna causa potencial de experiências, porque as pessoas não vão lá para buscar o livro. (LUCAS, 1985, p. 22)

²⁰ “O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil”. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico> Acesso em 15 de Junho de 2015.

Este depósito de livros, tal como se configura nesses discursos, sem que haja um projeto que garanta seu funcionamento, é um local de caráter formal, que afasta os leitores em potencial. Segundo Silva (1984, p. 39), se “a escola é em parte responsável pela pouca leitura dos alunos ela o é de muitas maneiras”. A autora discute a biblioteca e a leitura com relação ao currículo escolar, dizendo que a biblioteca escolar não é recurso utilizado por professores, assim como as aulas e as matérias não garantem o acesso à biblioteca, tendo como consequência da falta de estímulo aos alunos por parte dos “adultos”:

Bons bibliotecários e boas bibliotecas garantiriam a convivência maior do aluno com o livro? Nem sempre. A biblioteca passa a quilômetros da aula de português (que dizer das outras!). É algo para a hora do recreio ou mesmo para as férias. Aula de Português e Biblioteca são dois projetos que caminham paralelamente – nunca se encontram. Ou melhor: só se “encontram” em situações especiais: em época de prova, por exemplo, os alunos são proibidos de tirar livros e aqueles que desobedecem, deixam de fazer tarefas ou se atrasam são *obrigados* a pagar por seus erros na biblioteca (se a detestam) ou são privados de visitá-la (quando dela gostam). (SILVA, 1984, p. 40)

A “escola que não tem livro e que não tem tempo para a leitura” (SILVA, 1984, p. 39) traz “um dos primeiros problemas enfrentados pelo “professor como leitor e como incentivador da leitura”. Poucas são as escolas que dispõem de biblioteca, e quando dispõem, seu acervo não acompanha a dinamicidade da produção de textos” (GERALDI, 1985, p. 46). No 5º Cole, João Wanderley Geraldi aponta que pela falta de material e de acesso ao livro, o trabalho do professor é dificultado:

o professor, explorado em seus salários, ainda é submetido a tarefas extras (festas, pedágios, rifas, etc) para angariar fundos que lhe permitam colocar à disposição de seus alunos, livros. A profissão vira missão. (GERALDI, 1985, p. 46)

A “missão” ainda enfrenta as adversidades da desigualdade de classes. Enquanto, em escolas de elite que “servem às classes dominantes”, a biblioteca “é agradável. A bibliotecária, se não é especializada, tem conhecimentos da rotina de trabalho e do significado da biblioteca na dinâmica escolar” (BEDRAN, 1985, p. 56), em escolas “que servem às classes populares”, em que a leitura está ligada a uma situação de ensino e isso pressupõe ter acesso ao livro, que se encontra nas bibliotecas escolares:

a biblioteca costuma ser proibida aos alunos que, por seu “vandalismo”, são dela afastados; quando a biblioteca é aberta à frequência dos alunos, o acervo disponível nem sempre responde ao gosto deles, a bibliotecária – que, raramente é especializada – nem sempre sabe como trabalhar com os leitores e pouco conhece – da dinâmica de trabalho de uma biblioteca. (BEDRAN, 1985, p. 56)

A formação do gosto e o hábito da leitura

Essa dicotomia levantada por Bedran retrata um problema que impacta diretamente na relação entre leitor e livro - o gosto pela leitura: “não há como fazê-lo sem recursos e estratégias para distribuição do livro, sem professores e bibliotecários que tenham descoberto o prazer de ler” (YUNES, 1985, p. 11). Eliana Yunes discute essa relação (escola e gosto pela leitura) e afirma que:

O despertar do interesse pelos livros passa obrigatoriamente pelos primeiros anos e pela escolarização. As crianças que não puderem se beneficiar deste estímulo estarão certamente penalizadas em relação às demais que pelo meio familiar e escolar descobriram a leitura. (YUNES, 1985, p. 11-12)

“Mas, como podemos incentivar o hábito da leitura na escola, com os poucos recursos que ela tem e com as limitações que nos são impostas?” (FERREIRA, 1979, p. 7). Com essa questão da bibliotecária Carminda Ferreira, entramos em uma discussão marcada um pouco mais no sentido da educação, do hábito da leitura, do papel do professor, do bibliotecário e da biblioteca escolar no desenvolvimento do aluno.

Em artigo na LTP nº6, de 1985, Eliana Yunes afirma que “os adultos têm um papel decisivo na iniciação que poderá se transformar em prazer ou desprazer quase que definitivos”. E ao atribuir a tarefa de formar novos leitores à escola, questiona-se a concepção de leitura com a qual esses adultos trabalham:

é na difusão da leitura que se reconhece o grande nó da comunicação autor/leitor. E como a interação entre eles é sempre mediada pelo professor, pelos bibliotecários, pela escola, há que se ver com que concepções de leitura está trabalhando, nestes contextos. (YUNES, 1985, p. 12)

Já na LTP nº 4, do ano anterior (1984), Lilian Lopes Martin da Silva também aponta o professor como o mediador da leitura e chama a atenção, através de uma série de depoimentos colhidos junto a alunos da 8ª série do 1º grau, em ocasião de sua

dissertação de mestrado, para a certeza de que “*são os professores que selecionam as leituras dos alunos*” e diz também, levantando uma hipótese, que “*os professores selecionam para os alunos livros ou autores de seu conhecimento de leitura*”. (SILVA, 1984, p. 43. Grifos da autora). A autora, em seu texto, demonstra uma preocupação de que essa prática uniformize a leitura, vez que o professor, ao indicar um livro de seu exclusivo conhecimento e repertório, está indiferente ao gosto e escolha dos alunos e pode dificultar o surgimento do interesse pela leitura por parte dos alunos, pois a prática de leitura na escola “submetida à pedagogia, serve ao autoritarismo e à burocracia que permeiam todas as relações” e carrega um estigma de obrigação e, por vezes, priva o aluno de desenvolver e/ou conhecer seu gosto afim de montar seu próprio repertório de leitura, já que o tempo do qual dispõe deverá ser gasto com as leituras obrigatórias que o professor indica.

Em pesquisa sobre a leitura recreativa em escolas de 1º grau no município de Belo Horizonte, MG, Magalhães, professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG, conclui que:

Ao relacionar títulos de livros cuja leitura tivessem apreciado, os alunos demonstraram que o seu gosto literário é dirigido pelo professor, sendo insignificante a participação infantil na escolha de obras para a leitura ou para a formação de acervos das bibliotecas escolares. Não se pode considerar significativa a frequência dos alunos à biblioteca da própria escola e às demais bibliotecas da cidade. (MAGALHÃES, 1982, 34)

Essa experiência em Minas Gerais parece apontar um caminho que a leitura e a biblioteca escolar seguem neste momento: o de responder a uma demanda de atividades curriculares que pouco se ligam ao prazer de ler:

observo que grande parte das bibliotecas que damos assistência (bibliotecas públicas) estão se transformando em bibliotecas escolares. Portanto, nós estamos dando ênfase apenas ao aspecto da instrução na biblioteca, sem expandir a faixa de lazer, a faixa de procura de livros para uma satisfação interior determinada (LUCAS, 1985, p. 19-20)

A bibliotecária Zila da Costa Mamede, assim como Fábio Lucas, do Instituto Nacional do Livro, traz sua experiência enquanto responsável por uma biblioteca pública no estado do Rio Grande do Norte, apontando que: “Constata-se ao lidar com o usuário, na faixa etária dos 5 aos 16 anos, que o mesmo busca na biblioteca a resposta

imediate para as suas tarefas escolares, sendo bem menos comum o leitor jovem que vem buscar o prazer da leitura”. (MAMEDE, 1983, p. 36) Isso pode ser entendido como indicativo de parte dos problemas da biblioteca escolar: este espaço formal, depósito de livros só é procurado por necessidade de resposta a uma atividade escolar.

A única professora de escola pública presente nesta gama de textos, Eulina Pacheco Lufti, em ocasião do 5º Cole, conta sua experiência com uma biblioteca escolar de fato frequentada por alunos, mas que para isso, necessitou de grande esforço e um projeto que garantisse essa movimentação:

comecei a rever todo o trabalho que fazia no 2º grau, na escola estadual onde eu leciono. E resolvi, num determinado momento, abandonar definitivamente um programa que é exigido ou aconselhado para os professores do 2º grau. Modifiquei tudo, alterei tudo, por conta e risco, comentando com os alunos, propondo para eles e ouvindo deles as sugestões. [...] que vocês saibam que existe uma trajetória longa e penosa. Por exemplo, atualmente a nossa escola tem uma biblioteca aberta para os alunos e que é gerida pelos alunos. Existe um professor que coordena o trabalho e não é bibliotecário. Nos três períodos (manhã, tarde e noite) há alunos que trabalham na biblioteca e que tomam conta da biblioteca. Esse trabalho foi pensado há alguns anos atrás. Acho até que a UNICAMP teve papel importante – nós conseguimos uma série de livros, doados aqui pela UNICAMP. (LUFTI, 1985, p. 66)

A figura do professor e do bibliotecário aparentam ser, nestes discursos, fundamentais na constituição do hábito e gosto pela leitura pelos alunos. Eles são os agentes da instituição escolar, que ensina o aluno a ler. Laura Sandroni (no 3º Cole) diz que o problema maior é que:

O professor que não recebeu, no curso Normal ou na Faculdade, maiores informações sobre a chamada Literatura Infantil e Juvenil, não conhece os livros que estão sendo produzidos hoje no Brasil, os bons autores que vêm surgindo e, portanto, continuam a indicar livros inadequados pelo tema ou pela linguagem, a desenvolver o desinteresse do jovem pela leitura. (SANDRONI, 1981, p. 11)

Carmina Ferreira resume: “O grande desafio para professores e bibliotecários está na descoberta e atendimento das potencialidades do aluno, no respeito às características e interesses de cada um” (FERREIRA, 1979, p. 7).

3.2.2. É preciso repensar a biblioteca

“É preciso reconhecer que a biblioteca, enquanto instituição cultural, pouco tem feito para democratizar a leitura”. (MELO, 1983 p. 28) Com essa máxima, José Marques de Melo, em artigo publicado na Revista LTP Nº 2, chegamos ao momento de discutir os pensamentos trazidos pelos autores pesquisados no sentido de melhorias para esse sistema biblioteca-escola-aluno. Melo diz da necessidade da democratização do espaço biblioteca para a democratização da leitura:

É preciso romper o autoritarismo, tanto da instituição quanto dos profissionais que ali servem. A biblioteca não pode continuar a ser uma entidade de mão única, onde o bibliotecário tem poder sobre o conhecimento ali estocado e concede o seu uso aos leitores. A biblioteca não pode permanecer como espaço cultural comprometido apenas com a cultura guttembergiana. A biblioteca precisa democratizar-se, abrindo-se para a participação ativa do leitor, ampliando-se para a preservação de todos os bens culturais e se tornando um centro de vivência comunitária. (MELO, 1983, p. 29)

A contrapartida dos autores frente aos problemas denunciados indica algumas afirmativas: a necessidade de criar bibliotecas; levá-las para áreas periféricas; aumentar o acervo; facilitar o acesso aos livros; repensar o espaço da biblioteca a fim de incentivar a leitura, conclamando escolas, professores, bibliotecários, entidades, pesquisadores e poder público:

A proposta é, pois, criar bibliotecas nas escolas levando-se em conta as necessidades de leitura dos usuários, integrando professores, pais, alunos e bibliotecários para, numa luta persistente e conjunta, conseguirem que a biblioteca passe de “artigo de luxo” a fator de primeiríssima necessidade. (PRADO, 1982, p. 40)

Eliana Yunes complementa, afirmando ser “necessário um investimento maciço na formação de uma rede/malha fina de pequenas bibliotecas da zona rural à periferia urbana e na reciclagem dos recursos humanos com a leitura” (YUNES, 1985, p. 11). Com este trecho, trazemos à tona a questão de levar a biblioteca para áreas periféricas. Segundo José Marques Melo, “será imprescindível que a biblioteca se desloque dos núcleos onde vivem e estudam os segmentos privilegiados da sociedade e se instale também no espaço partilhado pelas classes subalternas” (MELO, 1983, p. 29)

A biblioteca escolar, sendo uma fonte de acesso ao livro, precisa chegar a todas as camadas da população “precisa ser também comunitária, transformar-se em salas de leitura, sob pena de que o zelo pelo objeto marginalize contingentes populacionais cada vez maiores. Elas precisam/devem funcionar no âmbito do grupo social em que se inserem” (YUNES, 1985, p. 11). E, ainda, a autora que complementa:

Urgem programas de difusão da leitura para a comunidade: projetos que dêem acesso aos livros, nas fábricas, nos sindicatos, nas associações comunitárias, nos bairros periféricos, nas igrejas, estimulando, cativando os não-leitores, com leituras de textos, debates interdisciplinares, cursos de leitura, etc. (YUNES, 1985, p. 14)

Como complementar a criação de uma malha de bibliotecas escolares, vem a necessidade de aumentar o acervo. “A compra de livros para as bibliotecas da rede escolar e pública em um país das dimensões do nosso, garantiria o crescimento das tiragens e garantiria o amplo acesso ao livro”. (SANDRONI, 1981, p. 11). Essa é uma perspectiva unânime nos discursos. Glória Maria Fialho Pondé, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), defende que

é necessário que se façam também investimentos nos acervos dessas bibliotecas, estabelecendo-se critérios de seleção que abranjam variados gêneros, ideologias e interesses, bem como beneficiem todos os escritores, ilustradores e editores, levando-se em consideração o aspecto regional e o universal, também. (PONDÉ, 1985, p. 37)

Muitas propostas de solução foram discutidas em mesa redonda no 4º Cole (1983) “Subsídios para uma política da leitura”. As convidadas da mesa, Maria Alice Barroso, Laura Constância Austragésilo de Athayde Sandron, Nelly Novaes Coelho e Zila da Costa Mamede discursam em favor da criação e manutenção de bibliotecas escolares, reposição e manutenção dos acervos, levantaram propostas de programas de leitura, ou de projeto nos quais Bibliotecas Públicas substituiriam ou subsidiariam a biblioteca escolar.

Laura Sandroni (1983, p. 27-28), também da FNLIJ, aponta que: “verbas para a renovação dos acervos existentes é ponto básico [...] já que não podemos apenas criar bibliotecas e em seguida abandoná-las à própria sorte, para que se tornem repositórios de livros velhos, estragados e pouco atraentes”. E ainda diz que para a composição dos acervos, seria necessário “atender às solicitações dos usuários das bibliotecas e de seus

responsáveis, já então capacitados para essa escolha. (SANDRONI, 1983, p. 28) A autora faz uma comparação interessante que releva a ordem essencial da condição do acervo na biblioteca escolar, que ainda é um sonho:

Assim como no Estado do Rio de Janeiro, hoje a merenda escolar está a cargo das diretoras das Escolas, talvez pudéssemos sonhar com o dia em que a escolha dos títulos a serem comprados por uma biblioteca escolar ou pública, fosse feita por seus frequentadores. (SANDRONI, 1983, p. 28)

Na mesma linha, Nelly Novaes Coelho, da USP levanta questões sobre a necessidade de mais bibliotecas e também que uma movimentação cultural aconteça nesse espaço, dizendo que:

dentro de uma “política do livro”, caberia a criação, em número crescente, de BIBLIOTECA ESCOLARES, principalmente nas escolas de periferia; e também de LABORATÓRIOS DE CRIATIVIDADE (ou CENTROS DE LEITURA, OFICINAS LITERÁRIAS... ou qualquer outro título que se queira dar). (COELHO, 1983, p. 30. Grifos da autora)

Coelho explora essa ideia de Centro de Leitura na medida em que, através de um “programa de leitura” eles “funcionariam como um elo de ligação entre as Escolas e as Bibliotecas”, seja pública, escolar ou universitária. O objetivo maior seria propiciar um “espaço favorável ao exercício da leitura crítica que leva à escrita criativa; e também favorece a formação de grupos interessados num mesmo diálogo cultural”. Com isso “se visaria muito mais do que o simples prazer da leitura/literatura; se pretenderia dinamizar nos participantes a leitura crítica/consciente do mundo em que vivem” (COELHO, 1983, p. 31-32. Grifos da autora)

Zila da Costa Mamede sugere, então, a criação de uma “Biblioteca Regional” para resolver o problema de falta de bibliotecas, vez que “a atual proposta de cada escola ter sua própria biblioteca, que já se mostrou totalmente inviável, esta seria uma boa forma alternativa e também menos onerosa para resolver o problema a médio prazo”. (MAMEDE, 1983, p. 33) A autora então conta como idealiza este projeto:

Em cada bairro se escolheria uma escola-polo (a melhor equipada) por exemplo, e ali seria implantada uma biblioteca com condições mínimas de atendimento no que se refere ao acervo bibliográfico e ao pessoal técnico especializado. Teria por finalidade o atendimento aos

estudantes da rede estadual daquela comunidade. (MAMEDE, 1983, p. 32-33)

Para ilustrar, Mamede traz sobre a experiência na Biblioteca Pública *Câmara Cascudo*, que: “Funciona basicamente como uma biblioteca escolar, e neste sentido, vem suprindo as inexistentes bibliotecas escolares, atendendo ao estudante de 1º e 2º graus, tendo tido que se adaptar para a nova função em termos de acervo bibliográfico. (MAMEDE, 1983, p. 35-36)

Somado a isso, Zila propõe a criação de disciplina de Literatura Infantil nos cursos do 1º grau em parceria com essa biblioteca regional, para garantir o acesso ao acervo, e a criação de cursos profissionalizantes de biblioteconomia a fim de possibilitar o profissional de menor custo às bibliotecas, vez que os baixos salários oferecidos pelas prefeituras e bibliotecas públicas não seriam suficientes para um profissional formado no curso de Biblioteconomia. Essa aspiração pela formação de um contingente de técnicos em biblioteconomia teria a finalidade de dinamizar o trabalho:

Criação de cursos profissionalizantes de biblioteconomia nas Escolas Técnicas Federais. (...) não se pode deixar de considerar o amplo aproveitamento de professores de 1º e 2º graus em trabalho de equipe com esses possíveis técnicos em biblioteconomia que emergiriam dos cursos profissionalizantes oferecidos pelas Escolas Técnicas Federais. (MAMEDE, 1983, p. 34)

Diversas são as possibilidades de expansão dessa malha de biblioteca e acervo levantadas pelos autores. Além disso, outro viés da contrapartida se baseia na distribuição de livros a preços acessíveis, uma vez que para “democratizar a leitura é indispensável não somente motivar o leitor, mas, sobretudo, levar o livro e todos os bens culturais ao leitor”. (MELO, 1983, p. 29). O professor José Marques Melo questiona:

não seria mais econômico o próprio Estado assumir a responsabilidade de produzir diretamente essas edições – principalmente dos clássicos da nossa literatura – e distribuí-las em massa não só às bibliotecas públicas e escolares, mas também vendê-las aos alunos da rede pública de ensino, a preços reduzidos? (MELO, 1983, p. 28)

Essa prática de promover o acesso ao livro, para Melo, é sinônimo de incentivar a leitura e isso significa um avanço no que tange o direito ao conhecimento, a cidadania:

Ter mais bibliotecas e mais livros não significa grande coisa. É importante também que os tenhamos. O fundamental porém será fazer com que a população brasileira leia mais, cada vez mais, e faça da leitura um instrumento para que cada indivíduo empreenda a conquista da cidadania. (MELO, 1983, p. 25)

Fábio Lucas também levanta uma discussão entorno da conquista da cidadania ao propor a distribuição para todas as bibliotecas de uma “biblioteca básica brasileira”. O autor considera que:

nenhum brasileiro que deseje conhecer, ainda que superficialmente a sua cultura, poderia deixar de ler certas obras, e essas bibliotecas deveriam possuir essas obras, essas obras deveriam estar à disposição de pessoas que em qualquer recanto do Brasil pretendessem entrar nesses aspectos, que é o aspecto da cultura brasileira. (LUCAS, 1985 – p. 22)

Glória Maria Pondé complementa:

é necessário que se façam também investimentos nos acervos dessas bibliotecas, estabelecendo-se critérios de seleção que abranjam variados gêneros, ideologias e interesses, bem como beneficiem todos os escritores, ilustradores e editores, levando-se em consideração o aspecto regional e o universal, também. (PONDÉ, 1985, p. 37)

A distribuição de livros e o acesso à cultura são colocados sob a responsabilidade da instituição escolar. Laura Sandroni diz que a “compra de livros para as bibliotecas da rede escolar e pública em um país das dimensões do nosso, garantiria o crescimento das tiragens e garantiria o amplo acesso ao livro”. (SANDRONI, 1981, p. 11)

Ao entender a escola com principal responsável pelo ensino de ler, é viável que se considere o “quanto é importante que a solução do problema comece nas escolas, que é de onde o ser humano parte para a vida” (PRADO, 1982, p. 40). Entendemos que a ideia de que “armada com uma boa biblioteca e professores capazes, a escola estará mais capacitada para o esforço rumo à formação de um leitor crítico e atuante” (SANDRONI, 1981, p. 11) é uma constante nestes textos, e os autores desenham algumas propostas práticas na tentativa de armar a escola com uma biblioteca:

Ao invés de se manter a atual proposta de cada escola ter sua própria biblioteca, que já se mostrou totalmente inviável, [a implantação de uma biblioteca em uma escola-polo] seria uma forma alternativa e também menos onerosa para resolver o problema a médio prazo. (MAMEDE, 1983, p. 33)

Sandroni complementa trazendo à discussão também a formação do professor e do bibliotecário:

A Escola de primeiro e segundo grau seria o espaço ideal para a implantação [de uma] política que abrangeria desde a criação de bibliotecas escolares e públicas condignas, passando pela formação do professor e bibliotecário, em disciplinas que examinassem a produção destinada a crianças e jovens, as técnicas de estímulo à leitura, aqui entendida como um ato de reflexão crítica. (SANDRONI, 1983, p. 27)

Fábio Lucas, no 5º Cole, reflete sobre a concepção de “tornar a biblioteca um centro de visitação dos estudantes de 1º e 2º graus, principalmente”. Ele significa o pensamento dizendo que isso é “fazer a união entre a educação e a cultura” e que funcionaria ao modo que:

os professores sejam induzidos, o aparelho estadual seja aberto suficientemente para que se induzam as professoras, de um modo geral, a levar, pelo menos uma vez por semana, a sua classe ou seus grupos de alunos, às bibliotecas municipais e mostrar que ali há respostas para a faixa de lazer que as pessoas desejem desenvolver, as revistas infantis, os livros infantis [...] também os jornais. (LUCAS, 1985 – p. 21-22)

Outra ideia destacada pelos textos para a resolução de tais problemas se relaciona com a necessidade de estudos sobre a temática. Magalhães trata desse propósito ao dizer que o estudo que ela apresenta na LTP nº0 é um prelúdio para outros. A autora afirma:

Consideramos que o presente estudo deve ser encarado como um ponto de partida para outros, que deveriam ser empreendidos abordando importantes aspectos do problema, como as condições de incentivo à leitura proporcionadas pelo ambiente familiar do aluno, a avaliação de acervos e de desempenho da biblioteca escolar, os critérios utilizados pelo professor para indicação de leituras, análise de conteúdo das obras literárias selecionadas pelo professor, entre outros enfoques. (MAGALHÃES, 1982, p. 34)

Oficialmente, a Diretoria da ALB se coloca como otimista com relação a isso, vez que o 5º Cole “indicou uma ágil mobilização de professores e bibliotecários no sentido de enfrentar e superar os desafios que foram se acumulando ao longo de nossa história”. (Diretoria da ALB, 1985, p. 2) Ou seja, esse desenho de proposta de solução se mostra como algo palpável, atingível. E hoje se sabe que esse esforço trouxe resultados, dado o considerável aumento de pesquisas acerca da temática.

A Diretoria da ALB, desde seu início, aponta a importância de entidades e associações nessa luta pela democratização da leitura, situação na qual a biblioteca escolar tem lugar marcado, assim como no esforço de construção de uma “ciência da leitura”:

A Diretoria Provisória da ALB acredita que cada entidade ou associação tem a sua especificidade em termos de objetivos, realizações e características dos seus participantes. Acredita, também, na união de esforços entre as entidades para a construção da ciência da leitura, para a formação de leitores críticos e para a difusão-dinamização de propostas transformadoras. (Diretoria Provisória da ALB, 1982, p. 41)

Uma entidade representada nesse conjunto de texto que se mostra deveras envolvida nesse campo é a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil:

A FNLIJ procura atuar em diversos níveis para tentar desenvolver o hábito da leitura. Para os sócios e as bibliotecas escolares distribui as publicações: Boletim Informativo (trimestral), o jornal mensal Notícias e a Seleção de Livros para Infância e Juventude (bimestral) dedicada à crítica de livros por faixas etárias. (PONDÉ, 1985, p. 38)

Além disso, “está interessada, também, na atualização dos acervos das bibliotecas infanto-juvenis e na reciclagem de professores e bibliotecários para um trabalho mais dinâmico e mais eficiente com o livro”. (PONDÉ, 1985, p. 41) Uma das ações da FNLIJ nesse esforço de atualização dos acervos foi o projeto “Ciranda de Livros”, que “consiste na seleção pela FNLIJ de 15 títulos de variados gêneros e graus de dificuldade de leitura a serem distribuídos a 30000 escolas de áreas carentes de todo o Brasil”. (SANDRONI, 1982, p. 42)

Toda essa movimentação em torno da discussão dos problemas relacionados a leitura e biblioteca escolar ilustra um pensamento clamoroso por transformações. Para

sair da crise, Regina Zilberman, em resenha de Ezequiel Theodoro da Silva, na Revista LTP N° 2, enriquece esses discursos ao trazer a voz do autor:

Ezequiel propõe a constituição de um *front* de combate que precisava extravasar o âmbito do Estado e do governo a fim de que venha a tomar uma consistência mais ampla e, eventualmente, mais eficaz. Convoca então os segmentos sociais envolvidos com a leitura: os de cunho social, a família, a quem atribui também a responsabilidade de estímulo ao gosto de ler; e os de cunho profissional, formados por professores e bibliotecários. Pois, se o trabalho destes últimos depende diretamente do livro, eles se convertem de modo natural em determinadores de leitura. Mas, para chegar a isto, é preciso ultrapassar o papel meramente intermediário entre o estudante (ou o frequentador da biblioteca) e o saber depositado nos livros. [...] a decisão de preencher ou não esta função de maneira mais ampla tem nítido fundo político. (ZILBERMAN, 1983, p. 43)

Esse fundo político pode ser interpretado pelas palavras de Laura Sandroni no 4º Cole:

Para que isso se tornasse possível [uma política de leitura] seria necessário não apenas cuidar-se melhor da preparação do professor desde a escola Normal até a Universidade, mas também conscientizar-nos de que os problemas do livro e da leitura dizem respeito a todos nós. Dizem respeito à família [...] ao sistema de Ensino como um todo e não apenas às classes de Comunicação e Expressão ou à professora bibliotecária; aos editores [...] a governos que se proclamam democráticos” (SANDRONI, 1983, p. 28)

3.2.3. O Manifesto dos Bibliotecários

O “Manifesto dos Bibliotecários” é um documento produzido durante o 5.º Congresso de Leitura do Brasil (31 de agosto a 03 de setembro de 1985), dirigido aos participantes do evento e que foi, provavelmente, lido durante a Assembleia Final do evento. Conforme sua programação, havia a previsão de um espaço para moções ao final do último dia do evento.

O Manifesto está publicado nos Anais do 5.º Cole em um texto de 3 páginas, assinado por um conjunto de 19 bibliotecários²¹, de algumas regiões do país, que em

²¹ Os autores do Manifesto dos Bibliotecários são: Olga Guedes Soares (UFCE), Maria Helena F. C. de Tarros (Pós – PUCC), Ana Maria Nogueira Machado (UNICAMP), Roseli A. Leme (São Paulo), Iracema S. Rodrigues (Biblioteca Pública do Paraná), Zilmara Quirino do Prado (Biblioteca Pública do Paraná), Regina T. Nishiyama (Biblioteca Pública do Paraná), Maria Isabel Santoro (UNICAMP/PUCC), Vera Sílvia MarãoBeraquet (PUCCAMP), Guacira Helena Santoro (Araraquara C.P.A.), Maria Helena Croda

tom de indignação, questionam a atuação de governantes federais e estaduais em relação às políticas de distribuição gratuita de livros e criação de espaços de leitura. Para os bibliotecários, tais políticas são assistencialistas e não levam em conta outros cuidados igualmente necessários e nem a profissionalização daqueles que se responsabilizam pelo gerenciamento desses lugares e acervos.

O manifesto reclama da posição silenciosa dos professores com relação a essas políticas, acusa-os de não serem críticos e se deixarem dominar por elas, como também chama os debates havidos no congresso de capengas e unívocos, pois, feitos por professores, sobre professores, não levam em consideração outros agentes que precisam estar envolvidos na questão da formação de leitores.

Capenga porque, nas mesas oficiais, representantes das esferas federal e estaduais apresentaram projetos assistencialistas de distribuição de livros, utilizando recursos públicos e soluções postizas para que esses livros tenham o destino que deles se espera e que sabemos, na maior parte das vezes, acabam não sendo utilizados, pois lhes falta suporte técnico e administrativo para que cumpram sua finalidade.

Unívoco o discurso porque assistiu-se a professores falando sobre professores e para professores, sem envolver na discussão outros componentes do processo que compartilham a preocupação com o assunto – a leitura. (SOARES, et al. 1985, p. 131.)

Para eles, as classes que estariam em luta por uma democratização da leitura, na verdade estão aceitando “projetos assistencialistas de distribuição de livro”, falta de suporte nas bibliotecas, um discurso “unívoco” que não atinge e não é dito por todos os profissionais do livro, apenas pelos agentes responsáveis pelo ensino das letras. Da mesma forma, fazem afirmações de repúdio “às soluções paliativas e/ou postizas que estão sendo propostas oficialmente” (SOARES, et al, 1985, p. 349).

O grupo também se coloca contra o “silêncio dos professores sobre a questão da biblioteca na escola como recurso didático” no sentido de que, também eles, desejam que o “leitor seja leitor para sempre, independente de estar vinculado ao sistema de ensino, lendo (...) por PRAZER ou por NECESSIDADE” (348-349). O protesto é contra profissionais que assistem passivamente “a falência da escola como entidade capaz de estimular o gosto e criar o hábito da leitura” e se colocam de forma submissa a essa situação.

(Campinas), Maria de Lourdes Cardoso (Campinas), Doralice Gomes B. Soares (Campinas), Maria Odaísa E. de Oliveira (UFPA), Lusimar Silva Ferreira (UFMA), Maria Helena B. Maia (PUCCAMP), Maria Marcia Coutinho Barilloni, Miriam Regina Silva, Terezinha Ongaro Monteiro de Barros (Biblioteca Municipal de Sumaré).

Como em um esforço de se fazerem ouvir, os bibliotecários se posicionam:

queremos ver discutidas conosco essas questões para que possamos interagir como interface que somos do problema da leitura. Queremos ver discutidas as práticas bibliotecárias enquanto incentivadoras ou desmotivadoras da leitura para que o fazer do bibliotecário possa colaborar com o professor e a escola” (SOARES, et al. 1985, p. 349)

Esses representantes da classe conclamam os professores para que não ignorem as bibliotecas, para que juntos “com enfoque multifacetado, com outros profissionais, outros ângulos da questão da leitura” reflitam a fim de que realizem um “trabalho articulado” (SOARES, et al. 1985, p. 349-350) em prol das bibliotecas escolares que, “quando elas existem”, muitas vezes tem como profissional um professor readaptado, podendo não estar apto ao cargo, sendo essa mais uma medida paliativa imposta pelo governo.

Este texto breve, assinado por uma determinada categoria profissional, releva um pensamento que vai questionar algumas das posições e reflexões desenvolvidas no decorrer desse congresso, especialmente por professores, uma outra categoria profissional, considerando-a parcial em sua visão e que estaria tendo hegemonia na programação do evento. Parece ir, nessa perspectiva, de encontro com os discursos apresentados.

Todavia, ao afirmarmos que os discursos caminham em uma via de mão única, nos pautamos na concepção que ele traz de luta por democratização da leitura e do espaço da *Biblioteca Escolar*. Essa aparente divergência de opiniões e visões, entre o Manifesto e os demais textos aqui analisados, em especial os do 5º Cole, desfaz-se diante do único foco a ser beneficiado: o leitor usuário da biblioteca.

No Manifesto, os bibliotecários que o assinam, falam por todos os demais em favor de uma reflexão e atuação que tome os bibliotecários como parceiros dos professores:

Nós, bibliotecários, acreditamos que enquanto a questão da leitura omitir a discussão da biblioteca e o papel do bibliotecário como parceiro dos professores na luta pela democratização da leitura, teremos apenas ações estéreis e soluções postiças para um problema de tamanha abrangência. (SOARES, et al. 1985, p. 350)

O período tomado para esse estudo (1978-1985) permitiu analisar a formação de uma vigorosa teia de vozes que teve como assunto a biblioteca escolar em sua relação com a leitura e formação de leitores. Podemos nos apoiar nas palavras de Mortatti (2014) a fim de buscar recriar a situação da qual essas vozes emergiram. A autora dedicou-se a refletir em 2014 sobre os questionamentos a respeito das relações entre literatura e escola surgidos nos anos iniciais da década de 80, mesmo período em que situa o objeto investigado por nós. Seu texto permite nosso reencontro com um conjunto de autores, que, em companhia daqueles que aqui recuperamos, indicavam a urgência de um pensamento e prática novos para a literatura. Com pequenas adaptações em seu texto, podemos fazer nossas as palavras dessa pesquisadora:

“Com o fim da ditadura política que sucedeu o golpe militar de 1964, a partir da década de 1980 se intensificaram a denúncia da “crise da educação” e os debates sistemáticos sobre a persistência do “ensino tradicional”. No contexto de reorganização política e social do Brasil, esse debate envolveu diferentes sujeitos e segmentos representativos da sociedade civil brasileira, especialmente professores do ensino de 1º e 2º Graus e do ensino superior e entidades que os representavam. Visando à construção da educação democrática para uma sociedade democrática, foram-se formulando e implementando programas governamentais, como aqueles destinados à superação da “crise da educação” e as correlatas “crise da alfabetização” e “crise da leitura” no Brasil. Foi-se intensificando, então, o interesse pelo estudo e pela pesquisa, em programas de pós-graduação de educação, sobre esses e outros problemas educacionais.

Também as relações entre educação e [*biblioteca*] se tornaram temas de discussão e objetos de pesquisa e estudos sistemáticos produzidos por pesquisadores da área [*da educação e biblioteconomia*] no diálogo crítico com as ciências da educação.

Os resultados foram configurando novos modos de pensar, sentir, querer e agir, derivados de questionamentos contundentes (...) Visando à formação de cidadãos críticos e ativos, como agentes do projeto desejado de transformação social, denunciavam-se [*a indiferença da lei com relação às bibliotecas escolares; a dificuldade de acesso por parte da população; a precariedade dos acervos; o autoritarismo da escola para com livros e preferências literárias; a burocracia desse espaço e sua quase inexistência*] (...). E se propunham novos lugar e função para [*a biblioteca*] na educação escolar (...), buscando enfrentar coerentemente a paradoxal e

conflituosa relação entre a liberdade criadora [*dos leitores*] (...) e [*sua*]disciplinarização(...) pela escola”. (MORTATI, 2014. Grifos nossos)

Alguns dos autores citados por Mortatti em seu esforço de rememoração, como LEITE, 1983; ZILBERMAN, 1982; MAGNANI, 1980, 1988 e 1989; LAJOLO, 1979 e 1982; também se colocaram nessa ocasião acerca da formação de leitores e biblioteca, logo podemos agregá-los aos autores identificados em nosso estudo. Eles, entre outros, ajudaram a compor os pontos de vista e modos de pensamento que vem atravessando o tempo e sustentando muitas das ações em torno da biblioteca escolar que marcam esse tempo.

4. Considerações Finais

O Dicionário Houaiss define a palavra luta como “esforço para superar, para vencer obstáculos ou dificuldades”²². Esses discursos revelam uma história de um pensamento sobre a ânsia de “vencer obstáculos” da biblioteca escolar. Eles mostram que a preocupação com a biblioteca escolar sempre esteve ligada a um projeto maior de democratização do país. Os anos finais da década de 1970 e anos iniciais da década de 1980 representam um momento (1979-1985) em que as questões de democratização estavam muito gritantes. O clamor pela democratização da educação leva a um clamor pela biblioteca, o principal meio de acesso ao livro.

A Associação de Leitura do Brasil, através dos textos que colocou em circulação pelos congressos e pela revista no período delimitado por esse estudo (1978 - 1985) também fez circular um conjunto de referências trazidas pelos autores desses discursos - citações, lembranças, posicionamentos, etc. – que formaram uma expressiva rede de vozes tendo como assunto a biblioteca escolar em sua relação com a leitura e formação de leitores. Num contexto sócio-político de renovação das forças democráticas, estes discursos significam atos de coragem de grupos profissionais ligados à educação e ao livro como: professores, pesquisadores, bibliotecários, editores, representantes de instituições e associações governamentais e não-governamentais.

É possível perceber uma relação bastante estreita e híbrida entre a Biblioteca Escolar e a Leitura nesses discursos, por vezes os problemas e soluções apontados para uma e outra se misturam, caminhando em uma via de mão única. Isso pode justificar,

²²HOUAISS. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

também, o que consideramos como pouco volume de textos cujo foco principal é a Biblioteca Escolar. Em sua grande maioria os textos promovem uma discussão sobre a leitura. Em parte deles faz-se presente a reflexão sobre a biblioteca como equipamento significativo. E, em menor parte, produz-se uma discussão/reflexão com o foco na biblioteca.

Há um espaço de tempo significativo – de mais de 30 anos – entre esse período e os dias atuais. O que aconteceu nesse tempo em relação às bibliotecas escolares? O que a ALB divulgou sobre Biblioteca Escolar nesses 30 anos? E atualmente? Quem são os novos autores desses supostos discursos? E seus referenciais teóricos? Será que nossos 49 autores fazem parte desse repertório? E os referenciais dos 49 autores, ainda estão presentes nas discussões sobre *Biblioteca Escolar*? Quais são os problemas apontados? Quais propostas de solução?

Este Trabalho de Conclusão de Curso permitiu a construção de um percurso de formação passando pela pesquisa. Percurso vivido de forma pessoal e coletiva. Permitiu o levantamento de questões... o aprendizado de operações e modos de fazer... fomentou essa e tantas outras propostas de reflexão, que poderão ser postas em discussão em outros tantos trabalhos.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. (org.) *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras/ALB. Fapesp, 1999.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras/ALB. Fapesp, 2003.

ALIAGA, Renata. *A biblioteca escolar na produção acadêmica sobre leitura: movimentos, diálogos, aproximações*. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000925486> Acesso em: 20 Janeiro de 2015.

AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. *Relatório Final de Cumprimento do Objeto*. Campinas: ALB/FE/Unicamp. 2014.

ARMENTANO, Cecília Enerstina D'Ottaviano; CARVALHO, Vania Lando de Carvalho; GABRIEL, Antonio; RAMOS, Ester. Estudo comparativo das atribuições do Conselho Regional de Biblioteconomia e Associação de Classe. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 11-13. 1979.

ASSOCIAÇÃO de Leitura do Brasil. *Estatutos Consolidados da ALB*. Disponível em: www.alb.com.br/alb/estatuto-2009 Acesso em: 01 de Julho de 2013.

BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov) *Marxismo e Filosofia da Linguagem* – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 11ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

BARROSO, Maria Alice; SANDRONI, Laura Constância Austragésilo de Athayde; COELHO, Nelly Novaes Coelho; MAMEDE, Zila da Costa Mamede. Subsídios para uma política da leitura. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 4º COLE*. São Paulo: FE/Unicamp; ALB, p. 25-36. 1983.

BEDRAN, Maria Therezinha Saad; GERALDI, João Wanderley; LUFTI, Eulina; OSAKABE, Haqira. O professor como leitor e como incentivador da leitura. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º COLE*. Campinas, SP: FE/Unicamp; ALB, p. 43-74. 1985.

BRASIL. *Lei nº 5.692*, de 11 de Agosto de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 15 de Junho de 2015.

BRASIL. *Lei Nº 12.244*, de 24 de Maio de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm Acesso em 15 de Junho de 2015.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

CHARTIER, Anne-Marie e HEBRARD, Jean. *Discursos sobre Leitura* – 1880 – 1980, São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COLEÇÃO LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / organização: Luciane Moreira de Oliveira, Gildeir Carolino Santos. Campinas, SP: FE/UNICAMP, ALB, 2007.

COMISSÃO ORGANIZADORA. Avaliação do 1º Cole. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 1º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 85-99. 1978.

COMISSÃO ORGANIZADORA. Processo de Avaliação. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. Avaliação do *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 46-55. 1979.

COMISSÃO ORGANIZADORA. Apresentação. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 4º Cole*. Campinas: FE/Unicamp, p. I-II. 1983.

COMITÊ PROVISÓRIO DA ALB. Resumo das Decisões da ALB, Moções e Avaliação do 3º Cole. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 4º Cole*. Campinas: FE/Unicamp, p. 122-124. 1981.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 4º COLE*. São Paulo: FE/Unicamp; ALB. 1983.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º COLE*. Campinas, SP: FE/Unicamp; ALB. 1985.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 1º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp. 1978.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp. 1979.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 3º Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas, SP: FE/Unicamp. 1981.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

DARNTON, R. História da Leitura. IN: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, pp 197 a 236.

DIRETORIA DA ALB. Editorial/Leitura: Intensificam-se as discussões. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano IV, nº 6, p. 2. Dezembro de 1985.

DIRETORIA DA ALB. Relatório, Moções e Recomendações do 5º Cole. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º Cole*.Campinas: FE/Unicamp, p. 123-129. 1985.

DIRETORIA PROVISÓRIA DA ALB, Editorial. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, Sp, ano I, nº 0, p. 21982.

FERREIRA, Carminda Castro Nogueira; FERREIRA, Oscar Manoel de Castro. Programa de incentivo ao hábito da leitura. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 6-8. 1979.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *A pesquisa sobre leitura no Brasil, 1980-2000*. Campinas: Komedi: Arte e Escrita, 2001.

GADOTTI, Moacir. O que é Ler? Ou Pedagogia da Leitura Versus Pedagogia da Censura. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 42-45.1979.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão... [el.al.]. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano I, nº0. Novembro de 1982.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano II, nº1. Abril de 1983.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano II, nº2. Outubro de 1983.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano III, nº3. Julho de 1984.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano III, nº4. Dezembro de 1984.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano IV, nº5. Junho de 1985.

LEITURA: TEORIA & PRÁTICA / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano IV, nº6. Dezembro de 1985.

LIMA, Luis Firmino; MENDES, Tania Rodrigues; MILANESI, Luís Augusto; PRADO, Caio Graco; SANDRONI, Laura Constância de A. A.; SPERBER, Suzi. Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura do Brasil. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 3º Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 7-15. 1981.

MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Leitura Recreativa na escola de 1º Grau. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano I, nº 0, p. 33-34. Dezembro de 1982.

MARTINS M. C.; ROCHA, H. H. P. Lugares de Memória: sedução, armadilhas, esquecimento e incômodos. *Horizontes*, v. 23, n.º 02, p.91-99, jul-dez, 2005.

MELO, José Marques. Os meios de comunicação de massa e o hábito de leitura. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano II, nº 2, p. 17-30. Outubro de 1983.

MIRANDA, Antonio. Biblioteca, leitura, educação contínua. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 32-33. 1979.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. (org.) *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. SP: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

_____. *Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI*. Educ. rev. [online]. 2014, n.52, pp. 23-43. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.36317> Acesso em: 13 de Junho de 2014.

NOGUEIRA, Carminda Castro. Utilização da Biblioteca. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 1º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 40-41. 1978.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. IN: *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 10, PP. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

PÉCORRA, A. O campo das práticas de leitura, segundo Chartier. Introdução à edição brasileira. In: CHARTIER, R. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

PRADO, Raquel Maria de Almeida. Para sair da crise. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano I, nº 0, p. 37-40. Dezembro de 1982.

SANDRONI, Laura Constância Austregésilo de Athayde. Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano I, nº 0, p. 41-42. Dezembro de 1982.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Apresentação. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º Cole*. Campinas: FE/Unicamp, p. 1-2. 1985.

_____. Apresentação. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 3º Congresso de Leitura do Brasil*. Campinas: FE/Unicamp, p. 2. 1981.

_____. Leitura ou “Lei Dura”? IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 3-5. 1979.

_____. Palavras Iniciais. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 1º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 1. 1978.

_____. Palavras Iniciais. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 1-2. 1979.

_____. *Leitura e realidade brasileira*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1986.

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. 11. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Leitura Crítica, 2010.

SILVA Ezequiel Theodoro da; MARTIN, Lilian Lopes. Síntese 1º e 2º Cole e perspectivas... IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Resumos 2º Cole*. Campinas, SP: FE/Unicamp, p. 56-57. 1979.

SILVA, Lilian Lopes Martin. A escolarização do leitor: a didática da destruição da leitura. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano III, nº 4, p. 38-45. Dezembro de 1984.

_____. A revista *Leitura: Teoria e Prática* e o professor – um leitor em formação. IN: MARINHO, Marildes; SILVA, Salette Ribas da (Coaut.). *Leituras do professor*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998. p. 141-156.

SILVA, Lilian Lopes Martin da; OLIVEIRA, Luciane Moreira. (orgs). *Tempo de Cole*. Campinas, SP. FE/UNICAMP, 2014. 82 p.

SOARES, Olga Guedes, et al. Manifesto dos bibliotecários. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º COLE*. Campinas, SP: FE/Unicamp; ALB, 130-133. 1985.

VIDAL, D. G. e FARIA FILHO, L. M. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). IN: *Revista Brasileira de História*, julho 2003, ano/vol. 23, nº 45, Associação Nacional de História, São Paulo, Brasil.

YUNES, Eliana. A leitura e o despertar do prazer de ler. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano IV, nº 6, 10-14. Dezembro de 1985.

ZILBERMAN, Regina. Da leitura até a reflexão sobre a vida brasileira. IN: *LEITURA: TEORIA & PRÁTICA* / Associação de Leitura Do Brasil. Campinas, SP, ano II, nº 2, p. 42-43. 1983.

ZILBERMAN, Regina; LUCAS, Fábio; CADERMARTORI, Lígia; GARCIA, Edson Gabriel; PONDÉ, Glória Maria Fialho. A política cultural no Brasil: o acesso ao livro e à leitura. IN: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. *Anais 5º COLE*. Campinas, SP: FE/Unicamp; ALB, p. 5-41. 1985.

6. Anexos

Anexo 1. Relação de textos dos *Cadernos de Resumos e Anais* do Cole, com a palavra *Biblioteca* no título.

Tabela 3. Relação de textos dos *Cadernos de Resumos e Anais* do Cole com a palavra *biblioteca* no título

Suporte de Referência	Título	Autor (es)	Página (s)	Texto Integral no Arquivo em áudio²³	Tipo de Texto
1º Cole (1978)	Utilização da Biblioteca	Carmina Castro Nogueira	40-41	Ausente no arquivo em áudio.	Resumo feito a partir da transcrição da fita gravada, por Lilian L. Martin
1º Cobi (1978)	Disseminação Seletiva da Informação	Paulo Roberto Accioli Lobo	65	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
1º Cobi (1978)	ISBD: novo enfoque na catalogação	Dinah Aguiar Poblacion	64-70	Ausente no arquivo em áudio.	Texto da autora
1º Cobi (1978)	A Biblioteca Particular do Bibliotecário	Gaston Litton	71	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
1º Cobi (1978)	Sistema de Informação Técnico-Científica	Ubaldo Dantas Machado	72	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
1º Cobi (1978)	Diretrizes da Implantação do sistema de Bibliotecas no estado de São Paulo	Alfredo João Rabaçal	73 - 76	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
1º Cobi (1978)	A Sede de Leitura	Carmina Nogueira de Castro Ferreira	77-84	Ausente no arquivo em áudio.	Texto da autora
2º Cole (1979)	Estudo comparativo das atribuições do Conselho Regional de Biblioteconomia e Associação de Classe	Antonio Gabriel, Cecília Enerstina D'Ottaviano Armentano, Vania Lando de Carvalho, Ester Ramos	11-13	Rolo 02 Pasta 3 Arquivo 03-Faixa3 Rolo 02 Pasta 4 Arquivo 04-Faixa4	Resumo feito a partir da transcrição da fita gravada, por Lilian Lopes Martin da Silva

²³ Esse campo diz respeito ao resultado do trabalho desenvolvido na decupagem dos arquivos sonoros dos Coles (vide nota 12), que a partir do trabalho de estudantes de graduação, resultou em levantamento detalhado conteúdo dos arquivos sonoros referentes aos 11 primeiros Congressos.

Suporte de Referência	Título	Autor (es)	Página (s)	Texto Integral no Arquivo em áudio	Tipo de Texto
2º Cole (1979)	Biblioteca, Leitura, Educação Contínua	Antonio Miranda	32-33	Rolo 05 Pasta 2 Arquivo 02-Faixa 2	Resumo feito por Lilian Lopes Martin da Silva
3º Cole (1981)	Centro de Leitura: Proposta de democratização do ato de ler ²⁴	Alzira Schubsky, et al.	48-58	Ausente no arquivo em áudio.	Texto das autoras
3º Cole (1981)	Reflexões sobre Leitura e Biblioteca	Ana Maria Cardoso de Andrade	91	Ausente no arquivo em áudio.	Texto da autora
3º Cole (1981)	Implicação da Educação Bibliotecária no desempenho do profissional como agente de democratização da leitura	Elisabeth Marcia Martucci e Francisca Olinda Monsanto	92-94	Ausente no arquivo em áudio.	Texto das autoras
3º Cole (1981)	Implantação de Bibliotecas Escolares - Relato de uma experiência	Maria Helena Vicente Werneck	95-101	Ausente no arquivo em áudio.	Texto da autora
3º Cole (1981)	Interesses e Estímulos na leitura dos estudantes de 1º e 2º graus e condições de funcionamento de bibliotecas escolares, em Florianópolis ²⁵	Maria Helena de Carlos Back, et al.	102-110	Ausente no arquivo em áudio.	Texto das autoras
3º Cole (1981)	Biblioteca Infantil - Espaço criador de integração Comunitária	Rejane Carvalho de França	111-114	Rolo 05 Pasta 1 Arquivo 01-Faixa 1	Texto da autora
4º Cole (1983)	A Leitura no Currículo de Biblioteconomia: a Experiência de Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	Elisabeth Márcia Matucci	181	Ausente no arquivo em áudio.	
4º Cole (1983)	Desenvolvimento do interesse pela leitura em alunos de 1ª a 4ª séries do 1º grau em Belo Horizonte – MG	Reni Tiago Pinheiro	118	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor

²⁴ Trata-se de um painel apresentado no 3º Cole.

²⁵ Título na Programação Geral Impressa - Comunicação: *Hábitos de Leitura e Bibliotecas Escolares – Levantamento Realizado nas Escolas de 1º e 2º Graus de Florianópolis*, de Maria Helena de Carlos Back (Ass. Catarinense de Bibliotecários).

Suporte de Referência	Título	Autor (es)	Página (s)	Texto Integral no Arquivo em áudio	Tipo de Texto
5º Cole (1985)	Incentivo ao hábito de leitura: participação do carro biblioteca no Festival de Inverno da UFMG	Rosaly Isabel Senra Barbosa	78	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	As promoções de estímulo à leitura na Biblioteca Pública do Paraná	Maria Eugênia de Souza Chedidi, Marisa Karan Saltori e Iracema Stancati Rodrigues	82	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	Leitura em liberdade. A biblioteca circulante de Assis (BICA)	Maria Alice de Oliveira Faria	91	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	Dinamização de bibliotecas – os interesses de leitura	Else Benetti M. Válio, et al.	244	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	Uma experiência de organização de biblioteca escolar	Paulo Franchetti	250	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	Biblioteca Escolar	M. Márcia C. Barillari	343	Ausente no arquivo em áudio.	Texto do autor
5º Cole (1985)	Manifesto dos Bibliotecários	Olga Guedes Soares, et al.	347	Ausente no arquivo em áudio.	

Anexo 2. Relação de textos da Revista LTP, contendo reflexões acerca da biblioteca.

Tabela 4. Relação de textos das Revistas LTP, contendo reflexões acerca da biblioteca

EDIÇÃO	Título	Autor (es)	Tipo de texto	Página (s)
LTP – nº 0 (Novembro de 1982)	Divulgação da Cultura no Brasil (debate)	Demerval Saviani, Carlos Brággio, Milton José de Almeida, Moacir Gadotti, Walter Esteves Garcia	Artigo	10
LTP – nº 0 (Novembro de 1982)	Leitura Recreativa na Escola de 1º Grau	Maria Helena de Andrade Magalhães	Pesquisa Concluída	33
LTP – nº 0 (Novembro de 1982)	Para Sair da Crise	Raquel Maria de Almeida	Resenha do livro organizado por Regina Zilberman, “Leitura em Crise na Escola – As Alternativas do Professor”	37
LTP – nº 1 (Abril de 1983)	Você se importaria de me emprestar esse livro?	Roger Rosenblat, traduzido por Maria da Glória Bordini	Artigo	17
LTP – nº 2 (Outubro de 1983)	Os Meios de Comunicação de Massa e o Hábito de Leitura	José Marques de Melo	Artigo	17
LTP – nº 2 (Outubro de 1983)	Da Leitura até a Reflexão sobre a Vida Brasileira	Regina Zilberman	Resenha do livro de Ezequiel T. da Silva, “Leitura & Realidade Brasileira”	42
LTP – nº 3 (Julho de 1984)	Tecendo a Leitura	Marisa Lajolo	Artigo	3
LTP – nº 4 (Dezembro de 1984)	A Escolarização Do Leitor: a didática da destruição da leitura	Lilian Lopes Martin da Silva	Pesquisa Concluída	38
LTP – nº 5 (Junho de 1985)	Leitura como suporte para a produção textual	Freda Indursky e Maria Alice Kander Zinn	Artigo	22
LTP – nº 6 (Dezembro de 1985)	A Leitura e o Despertar do Prazer de Ler	Eliana Yunes	Artigo	10

Anexo 3. Autores, referências e documentos citados nos textos investigados

Tabela 5. Autores, referências e documentos citados nos textos investigados

Autores e Obras	Citado em
AGUIAR, Vera T. e CATTANI, Maria Izabel, <i>Leitura no 1º grau: a proposta nos currículos</i> . In: ZILBERMAN, Regina. (org) <i>Leitura em Crise na Escola: As Alternativas do professor</i> . Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.	LTP nº 4 (1984)
ALMEIDA, Julia Lopes de. <i>Histórias da nossa terra</i> . RJ, Francisco Alves, 7ª ed., 1911.	5º Cole (1985)
Anais do 1º Encontro de Professores Universitários de Literatura Infantil e Juvenil, Rio de Janeiro, FNLIJ, 1981.	3º Cole (1981)
Antonio Cândido	3º Cole (1981)
AVERBUK, Ligia. <i>Leitura e Ideologia</i> . In: <i>Leitura: Teoria & Prática</i> , Porto Alegre, Mercado Aberto/ABL, nº2/82 p.11.	LTP nº 6 (1985)
BAMBERGER, Richard. <i>Como incentivar o hábito de leitura</i> . São Paulo. Cultrix. 1977.	LTP nº 2 (1983)
Benedetto Croce	3º Cole (1981)
BOSI, Ecléa e outros. <i>A crise não é do livro</i> , Folhetim nº 214, Folha de São Paulo, 22/02/81.	LTP nº 2 (1983)
BOSI, Ecléa. <i>Cultura de Massa e Cultura Popular – Leituras de Opiniões</i> . Petrópolis, Vozes, 1972.	LTP nº 2 (1983)
BOSI, Ecléa. <i>Cultura de Massa e Cultura Popular - Leituras Operárias</i> . Petrópolis: Vozes, 1972.	3º Cole (1981)
BUTAKA, Ivone e outros – <i>Prática da leitura extensiva em escolas estaduais de 1º grau - Minas Gerais – Estudo Exploratório. Resumos do 3º Congresso de Leitura do Brasil</i> , 1981, p. 71-76.	5º Cole (1985)
CARRAHER, Teresinha Nunes. <i>Conferência na FAE-UFMG</i> , em novembro de 1984.	5º Cole (1985)
Ciranda de Livros, <i>Guia de Leituras nº 4</i> , FNLIJ, 1985.	LTP nº 6 (1985)
COLED, MEC. <i>O livro didático e sua utilização em sala de aula</i> . Brasília, 1970.	LTP nº 6 (1985)
CONGRESSO DE LEITURA, 4, 1983, Anais.	5º Cole (1985)
DUMAZEDIER, Joffre. <i>O lazer e o livro</i> . In: <i>Lazer e cultura popular</i> . Trad. Maria de Lourdes S. Machado. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 203-34.	LTP nº 0 (1982)
ESCARPITT, Robert; BAKER, Ronald. <i>A fome de ler</i> . Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.	LTP nº 2 (1983)
ESCOLAR, Hipólito. <i>El lector, la lectura, la comunicación</i> , Madrid,	LTP nº 2

ANABA, 1972.	(1983)
Ezequiel T. Silva. In: <i>Leitura: Teoria & Prática</i> N° 0, Porto Alegre, Mercado Aberto/ABL, nov. 1982. Entrevista	LTP n° 6 (1985)
FITTIPALDI, Mário e outros. <i>A crise não é do livro</i> , “Folhetim”, n° 214, Folha de São Paulo, 22/02/81.	LTP n° 2 (1983)
FOCAULT, M. <i>A ordem do discurso</i> . Tradução de Sírio Possenti, DinarteBelatto e José Crippa. FIDENE, IJUÍ, 1970.	5° Cole (1985)
FREIRE, Paulo. Conferência de Abertura do III° Congresso de Leitura do Brasil. <i>Resumos do 3° COLE</i> . Campinas, UNICAMP, Novembro de 1981.	LTP n° 2 (1983)
FRYE, Northrop. <i>O Caminho Crítico</i> . São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 55-61.	3° Cole (1981)
GERALDI, J.W. Prática da leitura de textos na escola IN: <i>O texto na sala de aula – leitura & produção</i> . Cascavel, ASSOESTE, 1984, p. 77-92.	5° Cole (1985)
Jornal da APEOESP	LTP n° 4 (1984)
José Martí	3° Cole (1981)
José Wanderley Geraldi	3° Cole (1981)
LAJOLO, Marisa. A teoria da literatura e a leitura da escola. Conferência proferida no Seminário: <i>As ciências da linguagem e a formação do leitor</i> . Porto Alegre, 22 a 24 de agosto de 1985.	5° Cole (1985)
LAJOLO, Marisa. <i>O que é literatura</i> , SP, Brasiliense, 1982.	5° Cole (1985)
LAJOLO, Marisa. Poesia: uma frágil vítima de manuais escolares. <i>Leitura: Teoria e Prática</i> , ano 3, n° 4, 1984, p. 19-25.	5° Cole (1985)
Lei de Diretrizes e Bases n° 4.024 de 20/12/61	4° Cole (1983)
Levantamento sobre o quantitativo de Bibliotecas existentes em escolas públicas de Campinas, feito pela Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Secretaria Municipal de Campinas – 1983.	LTP n° 4 (1984)
MACCOBY, Eleanor. Efeitos da televisão sobre as crianças. In: <i>Panorama da Comunicação Coletiva</i> . Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.	LTP n° 2 (1983)
MAGALHÃES, Maria Helena Andrade. <i>Leitura recreativa na escola de 1° grau da rede oficial municipal de ensino de Belo Horizonte</i> . Belo Horizonte, 1980. Dissertação, Mestrado.	LTP n° 0 (1982)
MARQUES DE MELO, José. Presença do Jornal na Escola: Iniciação ao Exército da Cidadania. IN: <i>Comunicação e Libertação</i> , Petrópolis, Vozes, 1981.	LTP n° 2 (1983)
MARQUES DE MELO, José. Retribalização e decadência de cultura impressa: reflexões sobre a tese de McLuhan. In: <i>Subdesenvolvimento</i> ,	LTP n° 2 (1983)

<i>Urbanização e Comunicação</i> . Petrópolis, Vozes, 1972.	
MARTINS, Maria Helena. <i>O que é leitura?</i> São Paulo, Brasiliense, 1982.	LTP n° 6 (1985)
McMURTRIE, Douglas C. <i>O livro</i> . Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 18.	LTP n° 2 (1983)
MEDINA, C. A. de. <i>A função social do livro na atual realidade brasileira</i> , Rio de Janeiro. Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1975.	LTP n° 2 (1983)
MELLO, José Marques de. <i>Leitura: Teoria & Prática</i> , Porto Alegre, Mercado Aberto/ABL, n°2 out. 83, p. 29.	LTP n° 6 (1985)
MILANESI, Luis. <i>O Paraíso Via Embratel</i> , Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.	LTP n° 2 (1983)
MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. <i>Programa de Ensino do 1º grau: Comunicação e Expressão, 1ª a 8ª série</i> . Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973. p. 63-97.	LTP n° 0 (1982)
MORAES, Rubem Borba de. <i>Livros e bibliotecas no Brasil colonial</i> . Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979	5º Cole (1985)
NOGUEIRA. Carminda Nogueira de Castro. <i>Relatório de estudo sobre 30 Bibliotecas Públicas Carentes do Estado de São Paulo</i> , 1978.	2º Cole (1979)
OSAKABE, Haquira. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita In: Regina Zilberman (org.) <i>Leitura em crise na escola: as alternativas do professor</i> . Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.	5º Cole (1985)
Palestra do Secretário da Educação do Estado de São Paulo – Jessen Vidal, no Palácio do Governo em 20.4.82. Texto xerografado.	LTP n° 4 (1984)
Paul Lafargue	3º Cole (1981)
Paulo Freire	2º Cole (1979)
Paulo Freire	3º Cole (1981)
PETERSON, Theodore e outros. <i>Os meios de comunicação e a sociedade moderna</i> . Rio de Janeiro: Edições GRD, 1969.	LTP n° 2 (1983)
Roland Barthes	3º Cole (1981)
SALINAS, P. Leedores y Lectores. In: <i>Antologia de textos sobre Lingua y Literatura</i> , México, U.A.M., 1971.	LTP n° 6 (1985)
SAVIANI, Demerval. <i>Escola e democracia</i> . São Paulo, Cortez Ed. & Autores Associados, 1983.	5º Cole (1985)
SILVA, Ezequiel Theodoro da. Acesso ao livro e à leitura no Brasil: pouco mudou desse o período colonial. <i>Boletim ALBS</i> , Porto Alegre, Associação Internacional da Leitura – Conselho Brasil Sul, 1, março de 1984.	5º Cole (1985)

SILVA, Ezequiel Theodoro da. <i>Leitura e Realidade Brasileira</i> . Porto Alegre: Mercado Aberto. 1983.	4º Cole (1983)
SILVA, Ezequiel Theodoro. Leitura ou “Lei-Dura”? IN: <i>Resumos 2º COLE</i> , 1979.	3º Cole (1981)
SOARES, Magda Becker. <i>Linguagem e escola: uma perspectiva social</i> (no prelo)	5º Cole (1985)
UNESCO. <i>Por uma sociedade que lê</i> . Londres, 1982.	LTP nº 6 (1985)
VERÍSSIMO, José. <i>A educação nacional</i> . 2ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.	5º Cole (1985)